

**EXTRA**  
**CLASSE-ORG-BR**  
ANO 27 | Nº 263 | MAIO DE 2022


## ENTREVISTA

O jornalista e escritor Cesar Calejon analisa o cenário pré-eleitoral

## EDUCAÇÃO

Inclusão de crianças com autismo na escola vai além do diagnóstico

Foto: Sidinei Brzuska



# Guerra de facções faz vítimas e leva tensão à periferia

População de 19 bairros vira refém de grupos criminosos que disputam territórios do tráfico em Porto Alegre

## EDITORIAL

# Eleição sem coelhos na cartola

Na entrevista do mês, o jornalista e especialista em relações internacionais Cesar Calejon analisa o cenário pré-eleitoral e projeta um momento decisivo para a afirmação da democracia. Na sua avaliação, o atual governante da nação já não conta com o amparo das principais forças que o elegeram, nem com o ineditismo das ferramentas de comunicação que foram decisivas no último pleito – o truque das bombas de WhatsApp era o seu ineditismo, esclarece. “Não é tão fácil consolidar um golpe porque hoje essas forças culturais não estão alinhadas como estavam por ocasião da crise de 2016. Não há o mesmo nível de adesão midiática ou popular. Isso, porém, não elimina a possibilidade de que tentem alguma coisa, na marra”, pondera.

**FACÇÕES** – A cobrança de uma dívida entre facções do crime após a apreensão de drogas está por trás da guerra entre grupos criminosos que conflagraram 19 bairros do complexo da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, a partir do dia 14 de março. O impacto da retomada da disputa por territórios do tráfico de drogas na capital gaúcha, a origem e a hierarquia das facções que controlam as prisões e o crime nas ruas estão na reportagem especial e de capa desta edição.

**INCLUSÃO** – Uma década depois da promulgação da Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764, de 2012), sobre a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, ainda existem escolas que não apresentam estrutura adequada ou a presença permanente em sala de aula de profissional especializado para apoiar o desenvolvimento do autista de forma mais individualizada.

**ECONOMIA** – O descontrole de preços dos alimentos está corroendo cada vez mais a renda dos brasileiros, em um cenário distópico, que produz alta de 50% a 100% dos produtos da cesta básica. São reajustes em cascata, puxados pela alta, também sem controle, dos preços da gasolina, do diesel e do gás natural, fruto da política dolarizada da Petrobras e das condições climáticas desfavoráveis pelo aquecimento global. E, ainda, pelo aumento do preço da energia elétrica, que impacta toda a cadeia produtiva. A escalada inflacionária atinge todos. Na capital gaúcha, que tem a quarta cesta básica mais cara do país, o número de estabelecimentos comerciais fechados bateu recorde no primeiro trimestre: a maioria é de microempreendedores individuais. Leia na reportagem de Economia e, em Ideias, a opinião do economista Ladislau Dowbor.

Confira ainda: Fraga, Verissimo, Weissheimer, Edgar Vasques, Rafael Corrêa, Rafael Sica, Santiago.

Boa leitura!

### 04 ENTREVISTA

Cesar Calejon: valores democráticos devem prevalecer nesta eleição

### 08 EDUCAÇÃO

Autismo: inclusão para além do diagnóstico

### 10 ECONOMIA

Inflação dos alimentos corrói poder de compra dos trabalhadores

### 13 WEISSHEIMER

O sistema de justiça e a crise civilizatória no Brasil

### 14 ESPECIAL

Nova guerra de facções leva tensão e morte à periferia

### 18 ENSINO PRIVADO

Saúde física e mental dos professores no limite

### 22 IDEIAS

Resgatar a capacidade produtiva do país

### 24 ROLIM

Política e distância

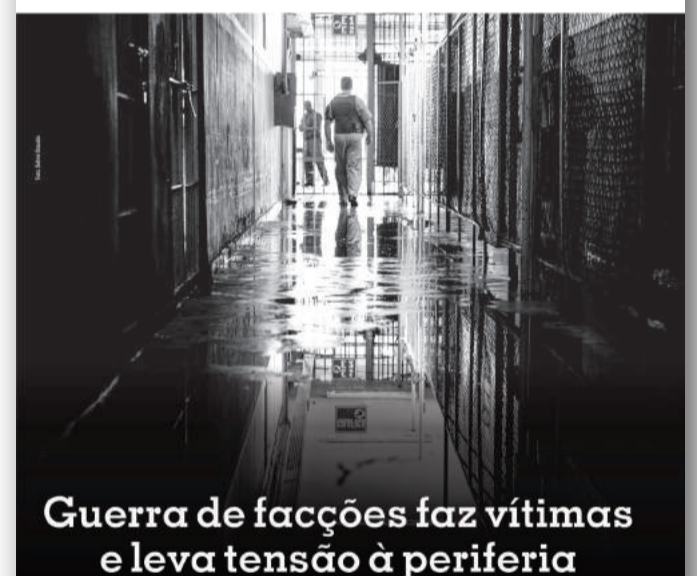
### 25 ARTE +

17 anos de cultura e cidadania

**EXTRA**  
CLASSE-ORG-BR

**ENTREVISTA**  
O jornalista e escritor Cesar Calejon analisa o cenário pré-eleitoral

**EDUCAÇÃO**  
Inclusão de crianças com autismo na escola vai além do diagnóstico



**Guerra de facções faz vítimas e leva tensão à periferia**

População de 19 bairros vira refém de grupos criminosos que disputam territórios do tráfico em Porto Alegre

**EXTRA**  
CLASSE-ORG-BR

Redação: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estágio em Jornalismo: Douglas Schütz

Colaboradores: Flávio Ilha, Jacira Cabral da Silveira, Marcelo Menna

Barreto e Renato Dornelles

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio

Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee  
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

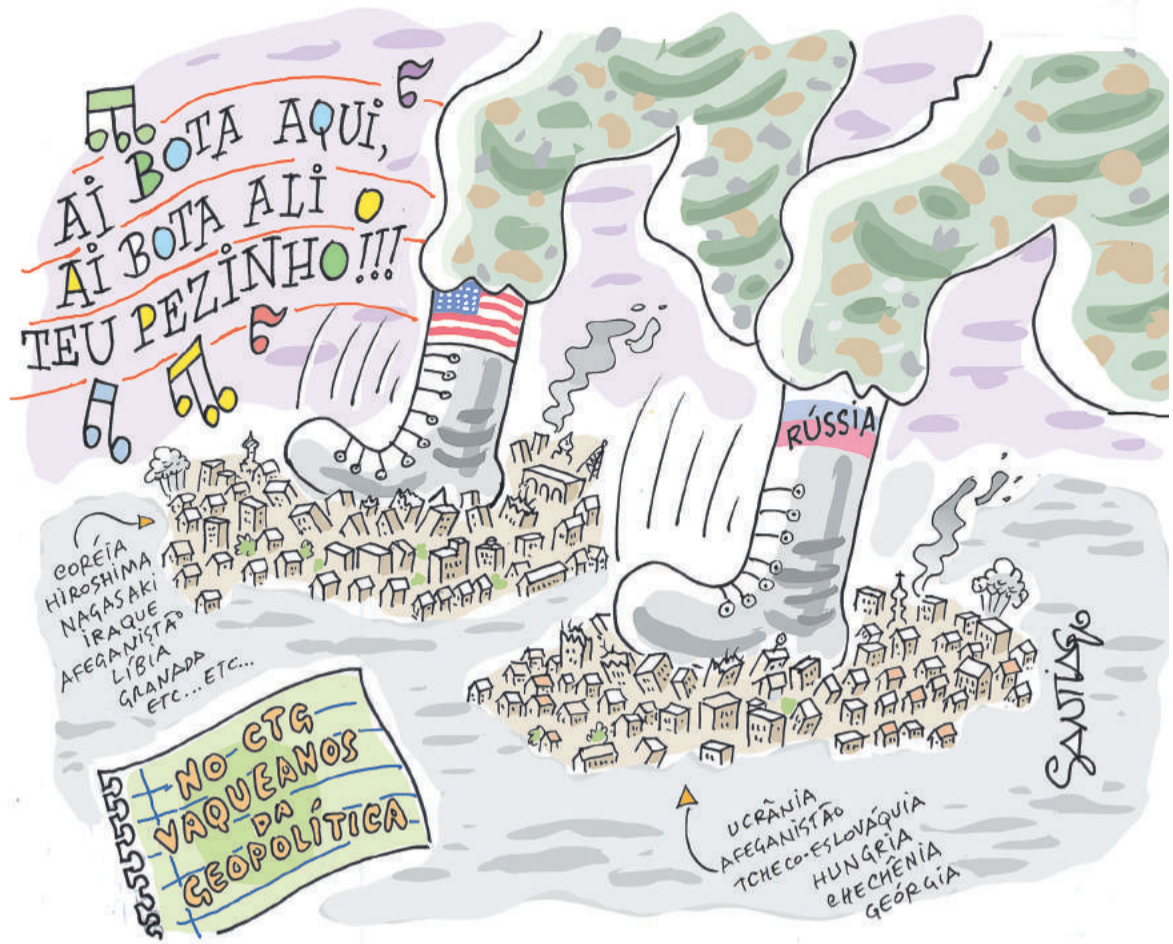
[extraclasse.org.br](http://extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse) [instagram.com/jornalextraclasse](https://www.instagram.com/jornalextraclasse)

Garimpo

O garimpo ilegal prospera como nunca no Brasil. A Terra Indígena Yanomami, maior reserva indígena do país, com cerca de 10 milhões de hectares que abrangem os estados de Roraima e Amazonas, teve 16 mil pessoas diretamente afetadas pelo garimpo em 2020 – ou seja, 56% dos seus habitantes. O território tem 28,1 mil indígenas e 371 comunidades isoladas. Desde 2016, o avanço dos garimpeiros sobre a terra indígena cresceu 3.350%, de acordo com o Greenpeace.

Violência

No Vale do Javari, no Amazonas, a presença de garimpeiros tem gerado tensões e apreensão à comunidade indígena, inclusive aos povos isolados. A invasão do território ocupado pelo povo Pirititi avançou com a abertura de uma estrada ilegal dentro da terra indígena. Na reserva, Paulo Paulino Guajajara, do grupo Guardiões da Selva, foi assassinado em novembro de 2019 por garimpeiros, e outros guardiões da Terra Indígena Arariboia, onde também vivem os povos Tenetehara, Guajajara e Awa Libres, são alvos de ameaças de morte.



Cimi denuncia à ONU extermínio de povos indígenas no país

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou à Organização das Nações Unidas (ONU), no fim de abril, a existência de um plano de extermínio de povos indígenas livres ou isolados no Brasil. A denúncia foi protocolada por Gilderlan Rodrigues, da Equipe de Apoio a Povos Livres (Eapil) do Cimi, na 21ª sessão do Fórum Permanente da ONU para as Questões Indígenas (UNPFII 21), realizada de 25 de abril a 6 de maio, em Nova York.

O desmatamento, os incêndios, as invasões de terras indígenas e das Unidades de Conservação aumentaram de forma assustadora e impune na Amazônia, incentivadas, em sua grande maioria, pela ação e omissão do governo federal, que tem como objetivo favorecer a exploração predatória dos bens naturais da região, aponta o documento.

“Este é o pior cenário possível para a sobrevivência de povos indígenas livres ou isolados”, destacou Rodrigues, comparando a situação de grave ameaça ao período da ditadura militar, quando muitos povos foram exterminados ou sofreram uma redução drástica de sua população.

Para o Cimi, a política anti-indígena adotada pelo atual governo federal representa uma sentença de morte para esses povos, pois os deixa à mercê dos invasores de suas terras e ameaçados pela disseminação de doenças, principalmente no contexto da pandemia. Houve uma escalada de violência contra os povos indígenas em 2019, registra um levantamento do Cimi. Um total de 24 terras indígenas onde há registros da presença de 48 povos isolados foi invadido, seja por madeireiros, garimpeiros, caçadores, pescadores ou grileiros, sem considerar as terras onde vivem povos isolados ainda sem demarcação administrativa e medida de proteção.

O Cimi tem dados sobre a existência de 116 povos indígenas isolados no Brasil. A Fundação Nacional do Índio (Funai) confirma a existência de apenas 28 povos livres ou em isolamento voluntário.

O Conselho elencou, ainda, a mineração ilegal que atinge regiões habitadas por indígenas isolados nas terras Yanomami e Vale do Javari. “No caso da terra indígena Yanomami, a organização Hutukara da Associação Yanomami publicou recentemente o Relatório ‘Yanomami sob Ataque’, que traz informações sensíveis, precisas e dramáticas sobre o impacto do garimpo neste território, onde existem grupos isolados”, ressaltou Rodrigues.

Foto: Flávio Vicente Machado/Cimi



Erileide Guarani Kaiowá (E) e o Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas, Francisco Cali Tzay, durante a 21ª sessão do Fórum Permanente da ONU para as Questões Indígenas

Foto: Marcos Amend/ Greenpeace



Em 2020, mais de 70% do garimpo na Amazônia devastou terras indígenas protegidas

# Valores democráticos devem prevalecer sobre truques e ineditismos

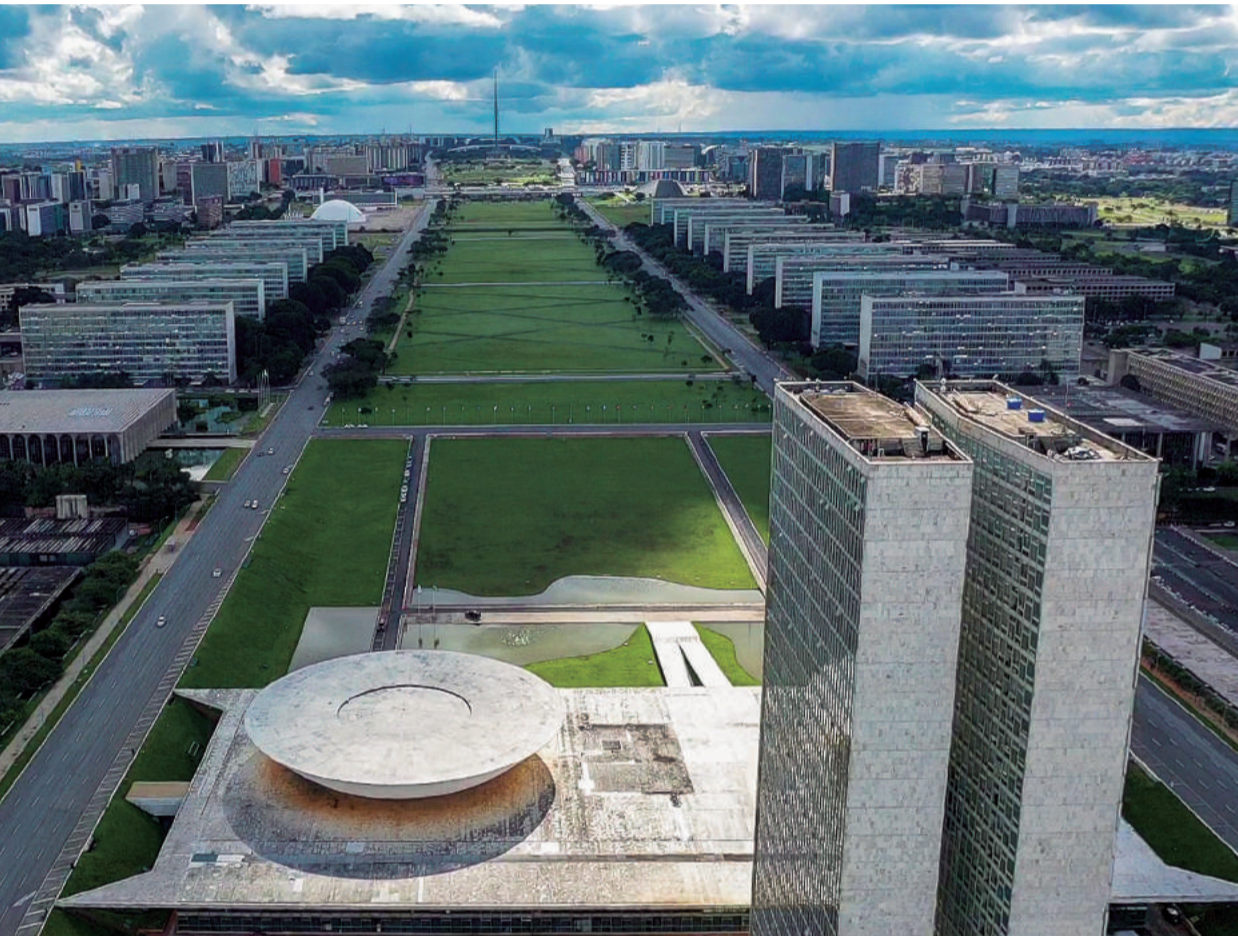


Foto: Marcelo Casal Jr.

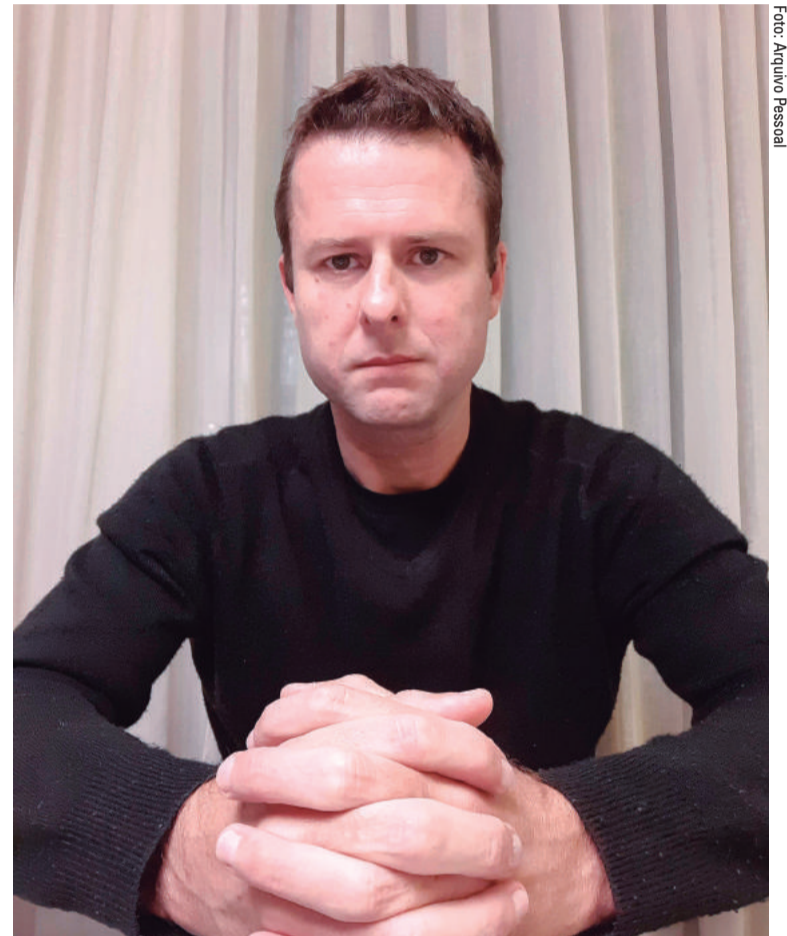


Foto: Arquivo Pessoal

por Flávio Ilha

Para o jornalista Cesar Calejon, as eleições deste ano serão decisivas no sentido de afastar as aventuras golpistas e o fantasma do autoritarismo. “Se continuarmos subvertendo os valores democráticos cada vez que o resultado das urnas não interessa a uma classe transnacional, aos setores industriais e da mídia hegemônica, se continuarmos estimulando o dogma religioso como parte da vida social e política, o Brasil caminha para se tornar uma teocracia miliciana de caráter dogmático-religioso”, alerta Calejon. Graduado em Comunicação Social pela Universidade São Marcos (Unimarco), com especialização em Relações Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestrando em Mudança Social e Participação Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), Calejon é autor dos livros *A Ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI* (Kotter) e *Tempestade Perfeita: o bolsonarismo e a sindemia Covid-19 no Brasil* (Contracorrente); e *Sobre Perdas e Danos: negacionismo, lawfare e neofascismo no Brasil* (Kotter), que será lançado em julho. Nesta entrevista, ele analisa o cenário pré-eleitoral e sustenta que o atual governante da nação não conta com o apoio nem as estratégias que o elegeram para dar um golpe de Estado. “Não é tão fácil consolidar um golpe porque hoje essas forças culturais não estão alinhadas, como estavam por ocasião da crise de 2016. Não há o mesmo nível de adesão midiática ou popular. Isso, porém, não elimina a possibilidade de que tentem alguma coisa, na marra”, adverte

**Extra Classe – Qual é a importância da eleição de outubro para a democracia brasileira?**

**Cesar Antonio Calejon Ibrahim** – Esta eleição é absolutamente decisiva. O bolsonarismo é um monstro que depende de uma metamorfose sombria, de se transformar em versões consecutivamente mais nefastas e abjetas de si mesmo para fazer a manutenção do poder. Então, na impossibilidade de mostrar qualquer conquista prática, na economia ou nas questões sociais, tanto mais vai apelar para a pauta moral, para factoides como o indulto ao deputado Daniel Silveira (PTB), para uma série de coisas que seja capaz de distrair a atenção pública e promover algum tipo de isenção nos seus principais membros e nos crimes que foram cometidos ao longo dos últimos quatro anos. Nessa medida, o bolsonarismo não tem muito para onde correr porque não tem nada, rigorosamente nada para mostrar. Ou seja, não tem materialidade. O risco à democracia brasileira, portanto, existe.

**EC – Por quê?**

**Calejon** – Há um golpe em curso no Brasil que começou a se estruturar lá em 2014, logo depois da vitória da então presidente Dilma Rousseff (PT) e que se agravou com a inelegibilidade do ex-presidente Lula. Foi o que viabilizou a ascensão do bolsonarismo em 2018 e que, agora, entra na sua etapa derradeira, no momento mais agudo, no qual, se vendo confrontado com a possibilidade iminente de uma derrota, vai tentar, por todas as vias, se perpetuar no poder. Isso significa vias ilegítimas, pois o bolsonarismo ascendeu na esteira da Lava Jato, que já foi deslegitimada pelo STF e até pelo comitê de direitos da ONU.

**EC – Em que grau, na sua avaliação?**

**Calejon** – Não é tão fácil dar um golpe de Estado, sobretudo se essa classe capitalista transnacional não estiver por trás. O mundo hoje é altamente interconectado, o cenário internacional reage com maior ou menor ênfase, dependendo de onde e por quem esses golpes são aplicados. O bolsonarismo

hoje não tem o amparo dessas e das principais forças que o sustentaram. Não é tão fácil, mas, sem dúvida, existe a possibilidade do presidente Jair Bolsonaro (PL) não aceitar uma eventual derrota na eleição e produzir algo muito parecido com o que foi a invasão do Capitólio (*Congresso norte-americano*) no dia 6 de janeiro de 2021.

**EC – No seu livro *Ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI* (Kotter Editorial, 2021), o senhor lista cinco pilares para a hegemonia desse sistema de poder no país. Esse cenário se mantém?**

**Calejon** – Não, hoje há um cenário bem diferente do que se tinha. Entre 2013 e 2018, os principais veículos de comunicação do país, de forma uníssona, estavam empenhados em criminalizar o PT como uma quadrilha e empenhados em caracterizar o ex-presidente Lula como chefe dessa quadrilha, que haveria “quebrado” o Brasil. Essa voz era muito forte, e acabou resultando num desses pilares: o antipetismo. Além desse, foram essenciais também um forte elitismo histórico-cultural, dogmas religiosos, um sentimento de antissistema e uso de novas tecnologias de informação e comunicação. Desses cinco pilares, três arrefeceram demais: o antipetismo é muito menos forte, assim como a sensação de antissistema, que também desabou porque o Bolsonaro caiu no colo do Centrão, ou seja, não é mais capaz de se vender, hoje, como o *outsider* que vai moralizar a cena política, como na narrativa adotada em 2018. E as novas ferramentas de comunicação também arrefeceram, porque o truque dessa estratégia é seu ineditismo. Quando se tenta fazer o mesmo truque reiteradamente, o organismo social começa a desenvolver resistências, métodos e abordagens para evitar que seja feito com a mesma intensidade e medida. Não é tão fácil consolidar um golpe porque hoje essas forças culturais não estão alinhadas, como estavam por ocasião da crise de 2016. Não há o mesmo nível de adesão midiática, nem adesão popular. Isso, porém, não elimina a possibilidade de que tentem alguma coisa, na marra.

**EC – A invasão do Capitólio, em 2021, foi prontamente rechaçada e não prosperou. Mas os Estados Unidos têm uma democracia estável há mais de 200 anos. Aqui, há uma forte tradição golpista. Teremos a mesma maturidade para enfrentar uma eventual situação similar?**

**Calejon** – É uma questão interessante, para a qual não tenho uma resposta categórica. Concorro que o risco de sucesso é maior aqui do que nos Estados Unidos, precisamente por essas diferenças entre as duas democracias. Mas é bom lembrar que grande parte desses golpes registrados aqui foram patrocinados pelos Estados Unidos, a *Operação Brother Sam*, em 1964, a *Operação Condor*, nos anos 1970, e a própria arquitetura da operação Lava Jato, que teve participação da CIA. A gente sabe de tudo isso. Então, o risco teoricamente é maior aqui. Porque alguma coisa, e isso sou capaz de dizer com alguma certeza, deve ocorrer em caso de derrota de Bolsonaro: invasão do Congresso, quebra-quebra, eventualmente algum tiroteio. É provável acontecer, dado o nível de ódio e armamentismo que o bolsonarismo promoveu na sociedade brasileira.

**EC – O que ainda sustenta o bolsonarismo?**

**Calejon** – Dois pilares, que são forças estruturais. O elitismo histórico-cultural, que é um deles, não é só das elites, é uma força social que organiza a composição dos agentes sociais com base em parâmetros excludentes. Como o próprio nome diz, são forças históricas e culturais. Variam de época e de cultura. O que não varia é a determinação elitista para validar subterfúgios que sustentem o fulano por causa disso ou daquilo. Isso não muda. Vem sendo construído por pelo menos 500 anos, desde a colonização. Os subterfúgios variam de acordo com a história e a cultura. A gente sabe como isso está organizado: em cima da pele preta e parda, em cima da misoginia, do machismo, da homofobia e daí por diante. O dogma religioso, por sua vez, também é difícil de ser contestado justamente porque

é dogmático, porque não permite o debate: o dogma religioso atua de forma a cercear o debate, você precisa ter fé em algum deus, senão, será punido. Esses dois pilares ainda dão alguma sobrevivência ao bolsonarismo porque são construções muito enraizadas na sociedade e que dificilmente podem ser contestadas ou alteradas em três, quatro anos. É coisa para gerações. O pessoal aí do sul, que diz que gay é inferior, que mulher é inferior, que preto é inferior, aprendeu isso com o pai, com os avós, não vai mudar isso em cinco, dez anos, é uma construção a perder de vista – caso a gente invista maciçamente em educação. Essas questões são muito nevrálgicas para o bolsonarismo e muito difíceis de serem contestadas.

“O antipetismo, o discurso antissistema e as novas ferramentas de comunicação arrefeceram. O truque dessa estratégia é seu ineditismo”

**EC – Esses pilares não estariam aptos a fazer triunfar um golpe?**

**Calejon** – O bolsonarismo é a expressão mais ampla de um modelo de sociabilidade que tem como base o dogma, o elitismo, essa racionalidade neoliberal, que determina uma espécie de governo dos homens com base no princípio universal da concorrência. Como já disse, o risco do bolsonarismo não aceitar o resultado da soberania popular nas eleições é altíssimo. Isso está quase dado, na minha opinião. Até porque estará advogando em causa própria, sabe que à derrota vão se seguir processos jurídicos que podem resultar em prisões. Mas o risco de as forças armadas (F/A) brasileiras embarcarem num golpe para defender o bolsonarismo é menor, apesar de existir. Bem menor, eu diria. No mundo de hoje, não há o mesmo tipo de determinação que existia nos anos 1960 para orquestrar golpes militares. Hoje, há as guerras híbridas, as

## ENTREVISTA

revoluções coloridas, a cooptação da classe média. É difícil fazer por meio da força, caso não se tenha à disposição todos aqueles outros elementos. Neste momento, parece que os militares brasileiros, apesar de sua veia autocrática, não têm os elementos que precisariam para dar um golpe. Sem o endosso dos Estados Unidos, por exemplo. A subsecretária para assuntos políticos do governo norte-americano, Victoria Nuland, esteve nesta semana (dia 26 de abril) em Brasília para dar apoio às urnas eletrônicas. Na mesma semana, os presidentes do Senado (Rodrigo Pacheco – PSD-MG) e da Câmara Federal (Arthur Lira – PP-AL) também respaldaram a lisura do sistema eleitoral brasileiro. São indicativos muito fortes. Portanto, eu não vejo como o bolsonarismo poderia ter legitimidade para um golpe a essa altura do campeonato. Eu apostaria minhas fichas numa derrota de Bolsonaro em outubro, em tumultos provocados nos meses seguintes, lembrando o que ocorreu no Capitólio, mas sem comprometer o processo democrático brasileiro.

**EC – Nossa democracia está madura para rejeitar uma aventura autoritária?**

**Calejon** – Se a aprovação do Bolsonaro estivesse acima de 40%, digamos, na faixa dos 45%, esse risco seria maior. Mas ele tem hoje um teto bem mais baixo, na casa dos 30%, talvez menos, em virtude da gestão desastrosa. Só para ter uma ideia, Bolsonaro se aliou ao coronavírus contra a população brasileira. Acho muito difícil, num

cenário desses, que as instituições não se voltem contra o bolsonarismo. Ele ainda está na presidência e já vemos o STF tomando medidas mais incisivas, de caráter criminal. E é o mesmo STF que, há alguns anos, condenou basicamente a esquerda inteira. Hoje, parece que já entendeu que o jogo é outro, que o estado de coisas já não é o mesmo e está se posicionando claramente contra o bolsonarismo. É um indicativo do que vem por aí. Todas as forças políticas mais estruturais, Centrão, STF e Forças Armadas, a partir do momento em que Bolsonaro for derrotado nas urnas, retiram o apoio imediatamente. O bolsonarismo, na minha opinião, desidrata de vez. Da noite para o dia. Se a diferença de votos entre Bolsonaro e seu principal adversário hoje fosse de 1 milhão de votos, um pouco mais, talvez houvesse margem para alguma coisa, e ainda assim seria complicado. Mas o que está se desenhando é que Bolsonaro terá algo em torno de 40 a 45 milhões de votos e seu adversário mais direto, o ex-presidente Lula, deve ter algo bem próximo de 60 milhões. São os números atuais. Isso coloca as instituições brasileiras numa posição relativamente inexorável de ter que confrontar o bolsonarismo. Teremos observadores do mundo todo, até porque a gestão Biden também quer se certificar da derrota de Bolsonaro, porque isso dá menos força para um eventual retorno do ex-presidente Donald Trump em 2024. Isso dificulta muito.

**EC – O Congresso Nacional, dominado pelo Centrão, não pode sustentar uma aventura golpista?**

**Calejon** – Não creio. O Centrão é a área mais fisiológica do Parlamento, mas não necessariamente a mais reacionária. Eu acredito que essa reflexão depende do Congresso que será eleito em outubro, não com a base atual. Esse Congresso ainda é fruto de toda aquela carga antipetista que, em alguma medida, já arrefeceu.

**EC – Mas na transição, entre o resultado das eleições e a posse, em janeiro, o Congresso será o mesmo de hoje.**

**Calejon** – Sem dúvida. Mas qual seria a medida prática para adotar no caso de uma tentativa de virar a mesa? Que procedimento cautelar seria possível? Não existe. Principalmente se a diferença de votos exceder a casa dos 10 milhões de votos. A partir do final de outubro, teremos momentos de tensão, de instabilidade. Mas não vejo nada que o Parlamento possa fazer, como no impeachment em 2016, até porque os golpes modernos dependem de uma conjugação muito específica de fatores, sobretudo em um país tão importante como o Brasil. É mais fácil fazer isso numa pequena república no meio da Ásia. O Brasil interessa tanto à China quanto à Rússia, tanto aos Estados Unidos quanto à União Europeia. Não tem o que um Parlamento ou um tribunal possa fazer, num caso desses.

**EC – A fragilidade dos partidos no Brasil não seria uma agravante para o cenário eleitoral?**

**Calejon** – Sim, mas as federações podem dar alguma coerência à questão partidária no Bra-

“O bolsonarismo é um monstro que depende de uma metamorfose sombria em versões mais nefastas e abjetas para se manter no poder”

sil. Não acabar, mas pelo menos reduzir o clientelismo na nossa política. Não acredito numa alteração radical da composição do Congresso, mas a trágica gestão do Bolsonaro deve dar uma chacoalhada. Acho difícil que o campo progressista tenha menos de 130 deputados, arriscaria até 150 parlamentares, o que daria cerca de 30% da Câmara. Isso melhora substancialmente a governabilidade de uma eventual gestão do campo democrático.

**EC – Os pilares estruturais que sustentam o bolsonarismo vão nos manter reféns permanentes do fantasma do autoritarismo?**

**Calejon** – Esse aspecto é nevrálgico, não só para os próximos anos, mas para as próximas décadas. Essas forças estruturais não vão desaparecer, é verdade. Dialecticamente, ajudaram o bolsonarismo a ascender e, ao mesmo tempo, se beneficiaram dessa ascensão. Em estado de menor ou maior latência, continuam e vão continuar presentes na vida social e política do país. Vamos ter de continuar alertas e tendo de negociar com esse risco porque a democracia é assim. Pressupõe a negociação, a mediação, o uso da política para evitar a guerra e o conflito.

**Novo App do Sinpro/RS**

Mais prático, mais completo, muito mais do seu jeito.

Baixe ou atualize o seu

GET IT ON Google Play

Download on the App Store

ESPAÇO DO PROFESSOR  
NOTÍCIAS  
CONVÊNIOS  
SALÁRIO CERTO  
RANKING SALARIAL  
BANCO DE CURRÍCULOS

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

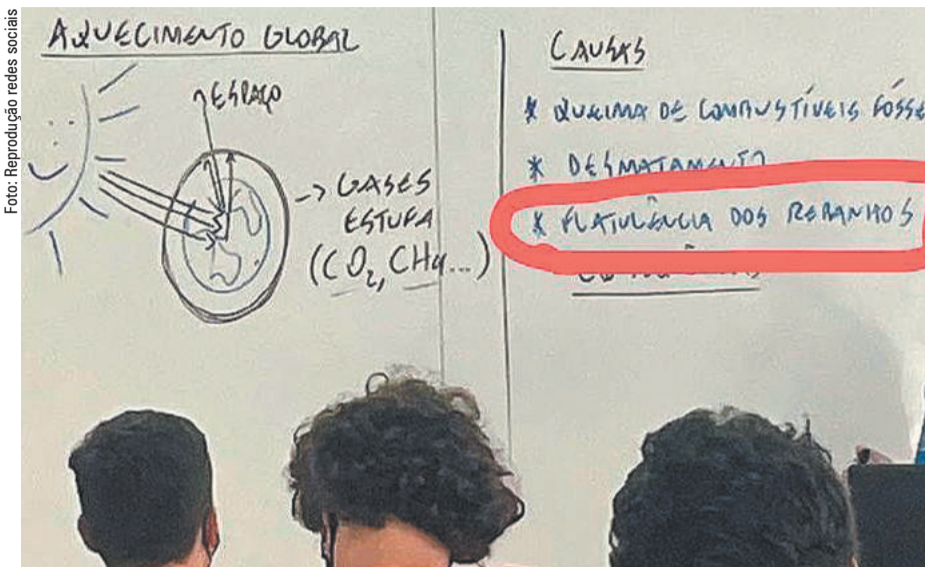
## Perseguição a professor por relacionar carne e arroz a efeito estufa

Na virada do março para abril, uma simples aula de Biologia, na escola Mario Quintana, em Pelotas, acabou em linchamento digital de um professor com mais de duas décadas de experiência. O docente exemplificou aos estudantes do segundo ano do ensino médio que uma grande quantidade de água é necessária para colocar arroz e carne nas mesas das pessoas.

Em outra aula, novamente o arroz e a carne foram usados como exemplos, entre outros, de agentes que colaboram com o efeito estufa. Todas as informações apresentadas foram científicas, de uso corrente, aceitas pela academia e, inclusive, alvo de políticas da Embrapa, para redução da emissão de gases na atmosfera.

Famíliares de estudantes e entidades ligadas ao agronegócio da região passaram a atacar o professor em redes sociais e grupos de WhatsApp, o que resultou em uma nota pública do fundador da escola contra o professor e colocando em dúvida os dados apresentados em aula.

O fato causou comoção na comunidade a favor e contra o docente. O Sindicato dos Professores intercedeu junto à escola em favor do pro-



fissional da Educação, que está passando por tratamento psicológico para recuperar-se das agressões e ameaças que sofreu.

Leia a íntegra da matéria no jornal *Extra Classe*.

GABRIEL GRABOWSKI

### Censo da educação superior, mitos e meias-verdades

Durante a pandemia e na recente divulgação dos dados do Censo do Ensino Superior de 2020, deu-se novamente destaque justamente para a educação a distância por ter tido mais matrículas de novos ingressantes nesta modalidade do que em cursos presenciais. Aqui no Rio Grande do Sul, as matrículas em curso em EAD foram quase o dobro dos cursos presenciais. Torna-se necessário analisar o contexto social e econômico dos estudantes brasileiros para ousar apontar tendências ou conclusões.

MARIA LÚCIA FATTORELLI

### Banco Central dará mais um prejuízo de R\$ 34,9 bilhões ao país?

O BC tem utilizado uma mentira – a falsa justificativa de “conter a inflação” – para disparar a Selic. Ao elevar a Selic, todas as demais taxas de juros praticadas no país – sobre títulos públicos, empréstimos em geral, operações de crédito bancário, cheque especial, cartão de crédito, etc. – também se elevam, tornando caríssimo o custo do dinheiro, o que impede a sua circulação saudável e amarra toda a economia.

Confira essa e outras colunas de Gabriel Grabowski e de Maria Lúcia Fattorelli no site do jornal.

### Jornalismo Unisinos

O *Extra Classe* iniciou, em abril, uma parceria com o curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos) para a publicação de reportagens investigativas produzidas pelos

estudantes na cadeira de Jornalismo Investigativo, que compõe o currículo do curso. Os textos são produzidos pelos estudantes sob orientação da professora Luciana Kraemer. Até o momento, foram publicadas duas reportagens. Acesse as reportagens pelos QR Codes ao lado.



O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior



Região Sul tem mais óbitos por câncer de próstata do que a média nacional

**CHEGOU SUA VEZ DE FAZER O QUE SEMPRE DISSE AOS SEUS ALUNOS:**

**NÃO TENHA MEDO DE PERGUNTAR.**

A Cainelli Advogados é uma assessoria jurídica especializada para professores e que oferece consultas gratuitas aos associados SINPRO/RS.

Veja as áreas de atuação disponíveis para você:



#### Direito Previdenciário

Esclarecimento de dúvidas, cálculo previdenciário, análise de opções, encaminhamentos ao INSS, revisão de benefícios e atuação no ajuizamento de concessão, manutenção e revisão de benefícios.



#### Direito do Trabalho

Consultas, reconhecimento de vínculo, verbas rescisórias, rescisão indireta, ações indenizatórias, horas-extras.

**AGENDE SUA CONSULTA GRATUITA AGORA! REMOTO OU PRESENCIAL** 5198060.3579



AO SEU LADO, POR SEUS DIREITOS.

PORTO ALEGRE/RS BENTO GONÇALVES/RS cainelladvogados.com.br





Foto: Igor Sperotto

**R**enato\* foi diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) quando estava com quatro anos de idade. Seu irmão gêmeo, Felipe\*, já desde os seis meses de vida, recebe tratamento para paralisia cerebral. Eles comemoraram oito anos no dia 13 de abril, quando a casa onde moram no município de Viamão ficou repleta de crianças, todos ex-colegas de Felipe, pois Renato não quis convidar ninguém. Como autista, são difíceis para ele a comunicação e a interação social, aspectos que tornam ainda mais importante a inclusão escolar.

Porém, desde o início do ano letivo, os gêmeos estão fora da escola. Eles aguardam o desfecho da ação que seus pais ajuizaram junto à Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Viamão contra a escola na qual foram matriculados neste ano. Conforme Fernanda\*, mãe dos meninos, mesmo tendo sido acordado com a direção que as crianças poderiam ser acompanhadas em sala de aula por suas assistentes terapêuticas nos primeiros 15 dias de aula, isso não ocorreu. \*Os nomes foram alterados para preservar a integridade das fontes.

Embora Fernanda esteja segura quanto à decisão de só levar os filhos à escola quando for resolvido o impasse, ela se diz apreensiva, porque eles estão perdendo aulas. Especialmente no caso de Renato, com diagnóstico de TEA, que envolve muitos aspectos comportamentais para seu desenvolvimento, o convívio escolar é fundamental.

A luta de Fernanda para garantir a inclusão dos filhos assemelha-se à de muitas outras mães de filhos autistas, como Berenice Piana, mãe de três filhos, sendo o mais novo com autismo, e que teve seu nome dado à Lei nº 12.764, de 2012, a qual institui os direitos dos autistas e suas famílias em diversas esferas sociais. Por meio desta legislação, eles são considerados pessoas com deficiência para todos os efeitos legais e, portanto, têm os mesmos direitos assegurados.

# Autismo: inclusão para além do diagnóstico

por Jacira Cabral da Silveira

*Uma década depois da promulgação da legislação de inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ainda existem escolas que não apresentam estrutura adequada ou a presença permanente em sala de aula de profissional especializado para apoiar o desenvolvimento do autista de forma mais individualizada. O ensino privado não possui estatísticas no estado. Na rede pública, são mais de mil estudantes com deficiência nas escolas municipais e creches de Porto Alegre e mais de 3,7 mil na rede estadual*



## Apoio indispensável

“O assistente para os artistas, quando necessário, está na mesma relação que braile para os cegos e que libras para as pessoas com deficiência auditiva, no sentido de suporte. Não que ele vá precisar do acompanhamento do assistente a vida toda, mas até conseguir se organizar”, conceitua a consultora de inclusão Márcia Campos, ao reforçar a importância do apoio individualizado em sala de aula.

Formada em Educação Especial, Especialista em Educação Infantil e TEA, e Psicopedagoga, Márcia trabalhou durante 24 anos na Escola Municipal de Educação Infantil Lucena Borges e, desde 2014, quando

se aposentou do município, passou a prestar consultoria de inclusão de crianças com TEA junto a escolas privadas. Com base em sua experiência, ela explica que a inclusão de crianças com autismo é mais complexa porque a lógica das pessoas com TEA é muito própria. “Por isso, não é considerada uma doença, mas uma condição”, esclarece.

Tais particularidades, segundo a educadora, contribuíram para que o autismo tenha sido colocado como pauta social muito depois de outras deficiências, ainda que no começo não existisse emissão de laudo, pois o autismo não era reconhecido dentro da amostragem de



Foto: Igor Sperotto

Censo Escolar de 2021 apontou aumento de 280% no total de alunos com autismo nas redes pública e privada

deficiência. De acordo com o último Censo Escolar, em 2021 quase 300 mil alunos com autismo estavam matriculados nos ensinos infantil,

fundamental ou médio das redes pública e privada do país. A alta é de 280%, se comparada a 2017, quando havia 77 mil matriculados.

## Os números da inclusão de alunos com autismo

Segundo Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, embora a LDBEN (nº 9.394) promulgada em 1996 já garantisse o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, é com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146), de 2015, que há uma maior mobilização das famílias no sentido de migrar seus filhos das escolas especiais para as instituições regulares

de ensino, privadas ou públicas.

Em 2017, o Sinpro/RS entrou em contato com todas as procuradorias de educação do estado, buscando garantir que as escolas promovessem a qualificação do trabalho pedagógico inclusivo. Em um primeiro momento, essa inclusão foi muito difícil de ocorrer por não haver conhecimento suficiente. “Na maioria dos casos, os professores foram atrás desse conhecimento de forma individualizada”, destaca.

Bruno Eizerik, presidente do sín-

dicato das instituições de ensino privado (Sinepe/RS), afirma que, atualmente, não há mais esse desconhecimento sobre o autismo nas escolas particulares. “Temos feito vários eventos para melhor esclarecer os temas referentes à educação especial. Elaboramos, inclusive, uma cartilha com orientações sobre o tema e criamos um grupo de estudos sobre o assunto”, assegura.

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Smed) informou que o total de alunos com TEA

matriculados no sistema de ensino da capital é de 1.054, sendo 825 na rede municipal e 229 nas creches conveniadas. Na rede estadual, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc), são 3.736 estudantes com TEA matriculados. Na rede privada, não há nenhum levantamento. O Sinepe/RS alega que o Censo da Educação, em função da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), não disponibiliza mais informações sobre a inclusão de alunos.

## Mais tempo para planejar

Professora de Química do ensino privado há mais de três décadas, Rosane Fachineto, atualmente, leciona para turmas que têm alunos com autismo, além de outros estudantes portadores de deficiência. Ela enfatiza que, des-

de o começo da carreira docente, considera que sua principal tarefa como professora é saber quem é seu aluno e como acolhê-lo.

Rosane relata que o trabalho tem sido dificultado quando as turmas são numerosas, quando

as famílias não aceitam e porque falta espaço na carga horária do professor para o planejamento e a preparação de material que leve em conta as especificidades de cada aluno, especialmente os de inclusão. “É um trabalho que pre-

cisa ser feito. O aluno merece, ele não pode ser culpado pelo professor trabalhar a mais. A gente tem que encontrar um jeito para que esse aluno seja bem atendido, mas que isso não sobrecarregue o professor”, pondera.

## A criança não é um laudo

De acordo com a pesquisadora sobre autismo e professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Anié de Oliveira, com a ampliação do escopo de características para identificar pessoas com TEA constantes no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5), houve um aumento de diagnósticos.

Ela lembra que, a partir do DSM 4, também ocorreu um boom de diagnóstico de Transtorno do Dé-

ficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Anié relata que crianças com menos de três anos de idade têm recebido laudo de autismo e que, depois da pandemia, isso vem ocorrendo também com crianças de até um ano e oito meses.

Para a pesquisadora, isso é alarmante. “A própria psicanálise nos diz que até os três anos de idade os diagnósticos têm que ser escritos a lápis”, ou seja, são provisórios. Afirmar que a criança “é” autista,

em vez de considerar que ela “tem” autismo, cria uma “bioidentidade”, explica Anié. “A pessoa incorpora, se identifica com aquilo que a medicina fala sobre ela. E os pais, que são os primeiros a receber o laudo do médico, já vão ficar com o olhar do médico”, alerta.

Conforme a professora, geralmente esses diagnósticos são muito calcados na ideia da falta, ou seja, no que o aluno não fará, e não na perspectiva das possibili-

dades, em que se reconhecem as capacidades que a criança também tem. Nesse sentido, o diagnóstico pode vir a marcar a vida da criança tanto no convívio familiar, como social e escolar. “Não sou contra avaliação e intervenção precoce, mas acredito também no olhar atento da família, do pediatra, do professor – observações primordiais para colaborar com o desenvolvimento da criança”, ressalta.



Foto: Igor Sperotto

Na capital gaúcha, que tem uma das cestas básicas mais caras do país, feiras livres como a do Bom Fim são alternativa, mas alguns produtos tiveram alta de até 100%

# Inflação dos alimentos corrói poder de compra dos trabalhadores

por Flávio Ilha

*Os feirantes nunca viram coisa igual nos últimos 30 anos: aumentos pontuais de preços variando entre 50% e 100%. Comerciantes tampouco: o número de estabelecimentos fechados bateu recorde de 26.741 no primeiro trimestre de 2022 no Rio Grande do Sul, segundo a Junta Comercial. A ampla maioria das empresas fechadas é de microempreendedores individuais (MEI). O setor concentra 68% da massa de desempregados do país, o que representa 18.321 trabalhadores*

Os consumidores, então, se desesperam. “No último mês tive que cortar muita coisa, os preços dispararam. A gente até consegue administrar o orçamento, mas e quem está desempregado?”, indaga a aposentada Sônia Zilberstejn, 80 anos, que percorre, mesmo de bengala, a feira livre do Bom Fim em busca de mercadorias baratas.

Mas não está fácil. Nos últimos 30 dias, a embalagem com três dezenas de ovos, por exemplo, subiu de R\$ 18,00 para R\$ 25,00 – um aumento de quase 40%. Os legumes na banca do feirante Jorge Pires, com mais de 20 anos no mercado, subiram, em média, 100%. Alguns, como informa ele, triplicaram de preço, caso do repolho, que custava R\$ 2,50 e pulou para R\$ 8,00. Pires diz que nunca viu uma alta tão expressiva nos preços em tão pouco tempo. “O preço vai ter que cair, porque assim é insustentável”, deduz.

A culpa por esse cenário distópico é das altas sem controle nos preços da gasolina, do diesel e do gás natural, fruto da política dolarizada da Petrobras, e das condições climáticas desfavoráveis pelo aquecimento global. Também, contribuiu o aumento do preço da energia elétrica, que impacta toda a cadeia produtiva, preços esses, administrados pelo governo federal.

Menos mal que os consumidores podem optar pelas feiras livres, que têm preços até 30% mais baratos que nos supermercados. Exemplo do tomate longa vida: enquanto nas bancas o produto varia de R\$ 5,80 a R\$ 6,98, nos supermercados o preço sobe de R\$ 9,49 a R\$ 13,90. Alguns produtos, entretanto, não podem ser comprados em feiras – é o caso do leite. A inflação do produto chegou a quase 20% neste ano, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Foto: Igor Sperotto



## Cesta básica em Porto Alegre é a quarta mais cara do país

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), um dos principais indicadores inflacionários do país, teve alta de 1,62% em março – a maior variação para o mês desde 1994, que antecedeu a implantação do Plano Real. Só no primeiro trimestre deste ano, o índice medido pelo IBGE acumula alta de 3,2%. Nos últimos 12 meses, de 11,3%.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta na inflação de março. A maior variação (3,02%) veio do

item Transportes, seguido da Alimentação (que inclui bebidas), com alta de 2,42%. Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 72% do IPCA de março. Além deles, houve aceleração também nos grupos Vestuário (1,82%), Habitação (1,15%) e Saúde (0,88%).

Entre os 13 itens analisados pela entidade, cinco lideram o ranking dos mais inflacionados nos últimos 12 meses. Além do tomate, estão no topo da lista o café, o açúcar, a batata e o leite. Só em 2022, a batata teve incremento de

30,64%, enquanto o café subiu 12,14%. A batata e o leite, itens essenciais na mesa dos trabalhadores, aumentaram, respectivamente, 23,38% e 19,41%.

De acordo com o levantamento, a cesta básica de Porto Alegre foi a quarta mais cara do país em março, entre 27 capitais. Na capital gaúcha, o consumidor desembolsou R\$ 734,28 em produtos básicos de alimentação, R\$ 110,00 a mais que no mesmo mês do ano passado. Só nos três primeiros meses de 2022, a cesta acumula alta de 7,52%. Em um ano (entre abril de 2021 e março de 2022), a alta foi de 17,8%.

Mas o descontrole de preços não para por aí. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) de abril, divulgado pelo IBGE no final do mês, foi de 1,73%, ficando 0,78 ponto percentual (p.p.) acima da taxa de março (0,95%). Essa foi a maior variação mensal do indicador desde fevereiro de 2003 (2,19%) e a maior variação para um mês de abril desde 1995, quando o índice foi de 1,95%. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 4,31% e, em 12 meses, de 12,03%, acima dos 10,79% registrados nos

12 meses anteriores. Em abril de 2021, a taxa foi de 0,60%.

A economista Daniela Sandi, do Dieese, diz que é a primeira vez que a cesta básica ultrapassa os R\$ 700,00 em Porto Alegre, desde que a instituição começou a acompanhar as variações, em 1994. “O comprometimento do salário mínimo para aquisição dos 13 itens se situa acima dos 65% desde meados de 2021. Isso é muito preocupante e indica uma corrosão acentuada da renda do trabalhador”, pontua.

O economista Guilherme Moreira, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), chama atenção para o avanço dos preços desde o início da pandemia de covid-19, em 2020. O grupo Alimentação, de acordo com ele, é o que mais irá contribuir para a inflação geral neste ano.

“Não vejo alívio no curto prazo. Nossa expectativa é de alta de 1% ao mês para alimentos e, nesse ritmo, não me surpreenderia se a inflação do grupo ficasse beirando os 10%. Em cima disso, com quase 30% acumulados desde 2020, estamos falando de, em três anos, cerca de 40% de inflação de



Foto: Igor Sperotto

Cesta básica consome 65% do salário mínimo desde 2021, aponta Daniela Sandi, do Dieese

alimentos. Vai virar um problema social grave”, prevê.

Mensalmente, a Fipe divulga o IPC FX (Índice de Preços ao Consumidor por Faixa de Renda), medido na cidade de São Paulo. Os dados mais recentes mostram que, em março, a inflação de alimentos foi de 2% para famílias que ganham mais de oito salários mínimos (mais de R\$ 9.696,00 por mês). Para as famílias que ganham entre um e três salários (entre R\$ 1.212,00 e R\$ 3.636,00), o índice foi de 2,66%. E na faixa intermediária, entre três e oito mínimos (R\$ 3.636,00 a R\$ 9.696,00), a inflação de alimentos foi de 2,32%.

A baixa renda, que concentra mais da metade da força de trabalho brasileira, também é mais impactada porque os alimentos têm um peso maior no orçamento total. A fatia da alimentação nos gastos da faixa de um a três mínimos, conforme Moreira, é de 28,8%. No caso das famílias que ganham mais de oito salários, o percentual é de 17,6%.

“Nas famílias de baixa renda, há um peso muito grande de alimentação, transportes e habitação”, diz o economista. Para ele, quem está na faixa de renda maior consegue remanejar despesas ou reduzir gastos supérfluos. É possível andar menos de carro, se a gasolina está mais cara. Mas, questiona Moreira, que margem de redução as famílias de baixa renda têm?

## Produtos supérfluos

Pior é a vida de quem comercializa produtos não essenciais. O feirante Marcos Jessof, que há 30 anos negocia queijos e embutidos na maioria das feiras livres de Porto Alegre, informa que sua matéria-prima subiu 50% nas últimas semanas. “Foi em menos de um mês. De repente, estava tudo mais caro. E agora nem estão entregando mais porque avisaram que vai subir de novo”, lamenta o comerciante.

A explicação, dessa vez, está no preço do diesel: como o produto vem da cidade de Três de Maio, a 470 quilômetros de Porto Alegre, o frete impacta fortemente os custos do feirante. Como se trata de um produto supérfluo, ele não tem como repassar o aumento de forma integral a seus clientes.

Jessof aplicou um aumento linear de 20% nas suas mercadorias, mas, ainda assim, o consumo, segundo ele, caiu por volta de 30%. “Mesmo diminuindo o lucro, a venda caiu muito. O jeito agora é reduzir as despesas da banca, diminuir funcionários e cortar as despesas em casa”, avisa.

Outra que sofre no bolso, de comerciante e consumidora, é a dona Elisângela Schinoff. Há cinco anos, ela vende pastéis e massas frescas na sua banca, além de suco de laranja e caldo de cana. Um mês atrás, teve de aumentar em 15% o preço do pastel devido à elevação no custo da carne moída, da farinha, do queijo e dos ovos.

“Aqui é tudo na ponta do lápis, uma ginástica para ganhar um

pouco que seja, sem diminuir a qualidade do produto. Não posso aumentar muito porque, senão, o consumidor desaparece. Mas também não posso pagar para trabalhar”, argumenta. Ela conta que já cortou gastos domésticos para reduzir o impacto e planeja diminuir a quantidade de feiras, para gastar menos.

No caso do suco de laranja, a situação é mais grave ainda: a caixa da fruta, que custava R\$ 25,00 em fevereiro, saltou para R\$ 45,00 em março. Dona Elisângela diz que o preço da garrafa de dois litros do produto, muito procurado pelos clientes, está no limite. “Se aumentar mais, eles nem vêm à banca. E se não vêm, como é que vou vender as outras mercadorias?”, indaga.

Fotos: Igor Sperotto



“De repente, estava tudo mais caro”, surpreende-se Jessof, que há 30 anos fornece queijos e embutidos para feirantes



Sônia Zilberstejn, 80 anos, recorre às ofertas para equilibrar o orçamento: “E quem está desempregado?”

O setor educacional foi muito impactado pela pandemia, com forte repercussão na vida e nas condições de trabalho dos professores. Neste momento, se faz ainda mais necessário um Sindicato estruturado e com o tamanho certo para defender os interesses da categoria. Seja sócio e conte com o Sinpro/RS.

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

**Quanto mais você precisa, MAIS O SINPRO/RS APARECE**

**ASSOCIE-SE!**

**SINPRO/RS**  
Sindicato Estadual



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# O sistema de justiça e a crise civilizatória no Brasil

Ana Paula Oliveira, moradora da favela de Mangueiras, no Rio de Janeiro, que teve o filho de 19 anos assassinado com um tiro nas costas por um policial militar, contou como entrou em contato com o sistema de justiça: “Foi através da dor”



O sistema de justiça brasileiro é um dos principais responsáveis por jogar o país em uma crise civilizatória sem precedentes, com práticas de *lawfare*, omissões e perseguições, inclusive dentro do próprio sistema, com graves consequências para a sociedade como um todo e que afrontam a democracia. A avaliação da procuradora do Trabalho Vanessa Patriota da Fonseca, coordenadora do Coletivo Transforma MP, resume bem o espírito dos debates que marcaram o Fórum Social Mundial Jus-

tiça e Democracia (FSMJD), realizado em Porto Alegre, de 26 a 30 de abril, juntamente com o Fórum Social das Resistências.

O Coletivo Transforma MP, uma das entidades organizadoras do FSMJD, é uma associação formada por membros do Ministério Público dos Estados, da União e do Ministério Público do Trabalho, que vem procurando promover um debate crítico sobre a atuação do sistema de justiça brasileiro por dentro da própria sociedade e, também, em conjunto com outras entidades.

O tom crítico dessa reflexão só cresceu após dois anos de pandemia em meio ao governo Bolsonaro, em que o processo de violação de direitos só aumentou, atingindo especialmente povos indígenas e a população negra que mora nas regiões da periferia das cidades.

O sistema de justiça brasileiro, assinala Vanessa Patriota, é majoritariamente branco, heteronormativo e masculino e não tem dado conta de responder aos anseios dos movimentos sociais e da sociedade como um todo por justiça e democracia. Mais gra-

ve ainda, acrescenta, “em muitos momentos, a gente sente como se o Ministério Público fosse até partícipe” das violações de direitos. Isso ocorre, exemplificou, quando se veem integrantes do Ministério Público pedindo a condenação de pessoas por crime famélico, justamente no momento em que o Brasil voltou ao mapa da fome.

Uma das principais mesas de debate do Fórum reuniu algumas vítimas desse sistema que sofreram violência do Estado e tiveram seus direitos violados de diferentes formas.

## Depoimentos

Em um depoimento emocionado, Ana Paula Oliveira, moradora da favela de Mangueiras, no Rio de Janeiro, contou como entrou em contato com o sistema de justiça. “Foi através da dor”, sintetizou. O filho de Ana Paula, Jonathan, de 19 anos, foi assassinado com um tiro nas costas por um policial militar no Rio de Janeiro, no dia 14 de maio de 2014. O policial autor do disparo está até hoje em liberdade. Juntamente com outras mães que tiveram seus filhos assassinados pelo Estado, Ana Paula criou o movimento Mães de Mangueiras, “um movimento de mães de negros pobres, moradores de favelas, assassinados pelo Estado

brasileiro”, como definiu.

Também presente neste debate, Marinete Silva, mãe da vereadora Marielle Franco, assassinada no dia 18 de março de 2018, no Rio de Janeiro, disse que o sistema de justiça brasileiro não é para ninguém que vive na periferia. Para ela, esse sistema precisa de uma mudança profunda. “Estamos vivendo um genocídio dentro do Brasil. Um número enorme de crianças e adolescentes vivem sem assistência e estão morrendo todos os dias”, declarou.

Primeira advogada indígena da região sul do Brasil e do povo kaingang, Fernanda Kaingang expôs o processo de crescente e massiva

violação de direitos dos povos indígenas, que a atingiu pessoalmente também. Fernanda, que vivia na Terra Indígena Serrinha, no Rio Grande do Sul, recebeu ameaças de morte por denunciar o esquema de arrendamento de terras da aldeia para o plantio de soja, principalmente. “Neste momento estou refugiada. Estou há seis meses fora da minha aldeia. Caciques estão sendo cooptados por esse esquema e armados para que os indígenas se matem entre si”, denunciou.

Para a ex-presidenta Dilma Rousseff, essa realidade de violência e violação de direitos, de omissão e, em alguns casos, de cumplicidade do sistema de jus-

tiça está diretamente ligada aos mais de 300 anos de escravidão que o Brasil teve e que ecoam até hoje na sociedade. “Não há como enfrentar a desigualdade no Brasil sem enfrentar esse tema. A nossa elite tem no seu DNA essa visão do negro e do indígena como coisas. Isso explica também o extermínio da juventude negra que ocorre em todos os estados da Federação.”

Ana Paula, Marinete, Fernanda e Dilma chamaram a atenção para a necessidade urgente de ampliar a organização e a participação social a fim de enfrentar o pensamento fascista que cresceu no Brasil, inclusive dentro do próprio sistema de justiça.

# Nova guerra de facções leva tensão e morte à periferia

por Renato Dornelles

*Postos de saúde e escolas fechados, toque de recolher, tiros e mortes, inclusive de inocentes. A situação, vivida por comunidades de pelo menos 19 bairros de Porto Alegre desde o dia 14 de março, não é nova, mas, a cada repetição, deixa comunidades inteiras acuadas e acaba alternando a rotina de muitas pessoas que nada têm a ver com os conflitos. Em pouco mais de um mês, pelo menos 25 pessoas foram assassinadas e dezenas ficaram feridas, em crimes interligados*

Vista aérea da Grande Cruzeiro, na zona sul da capital: população de 19 bairros refém da disputa por territórios entre quadrilhas



A atual onda de homicídios, de acordo com o que foi apurado por órgãos de segurança, tem como motivo uma dívida que uma das facções criminosas que operam o tráfico de drogas no estado teria com outra. A determinação para as execuções teria partido de líderes recolhidos ao sistema penitenciário, principalmente na Cadeia Pública de Porto Alegre, conhecida pelo seu antigo nome, Presídio Central.

O grupo inadimplente é o V7, que, recentemente, obteve o status de facção. Nasceu como uma quadrilha de traficantes, na Vila 27, bairro Santa Tereza, dentro do complexo de vilas conhecido como Grande Cruzeiro, na zona sul de Porto Alegre, a cerca de 10 minutos do Centro Histórico da capital. Para serem considerados facção, além de ter expandido seus tentáculos por praticamente todas as regiões da cidade, os V7 conquistaram uma

galeria no Presídio Central.

Os credores pertencem à facção dos *Manos*, a mais antiga e situada no mais alto grau de organização entre os grupos atuantes no Rio Grande do Sul. Teve origem no Presídio Central nos anos 1990 e firmou sua base territorial na região do Vale do Rio dos Sinos, situação mantida, mesmo com a expansão do grupo para praticamente todo o estado.

A dívida, de cerca de R\$ 2 milhões, conforme o apurado, corresponde a uma carga de drogas vendida pelos *Manos*, que também atuam como atacadistas, aos V7. Devido à mercadoria ter sido apreendida pela polícia, os devedores teriam se negado a pagar por ela. No entanto, em um mercado em que cobranças e contestações de dívidas não podem ser tratadas por meio de cartórios ou do Poder Judiciário, as disputas por meio de violência, ao custo de vidas, acabam prevalecendo.

“Em todo o contexto de mercados ilegais nos quais há vários

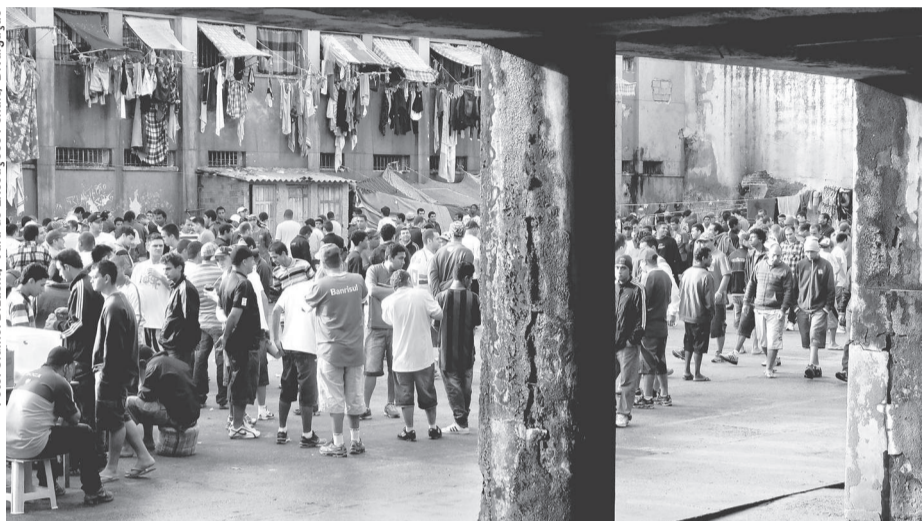


Foto: Sidinei Brzuska/Vara de Execuções Penais/Divulgação

Inscrição na Cadeia Pública demarca a base da facção mais antiga e articulada do estado

grupos, disputas por territórios não cumpridas acabam provocando confrontos armados”, analisa o professor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, doutor em Sociologia pela Ufrgs, com pós-doutorado em Criminologia pela Universitat Pompeu Fabra (Espanha), e especialista em Segurança Pública.

Foto: Sidinei Brzuska/Vara de Execuções Penais/Divulgação



Dívida de R\$ 2 milhões por carga de drogas apreendida rompeu a relativa paz na cadeia



Foto: Igor Sperotto

## Rodrigo, 16 anos, a primeira vítima

E o confronto armado foi deflagrado. As determinações de ataques e contra-ataques partiram de líderes dos dois grupos, que estavam no Presídio Central. Uma das primeiras vítimas da guerra foi o estudante Rodrigo Fagundes Cabreira, 16 anos. Na noite de 17 de março, homens armados, integrantes dos V7, invadiram a Vila Planetário, no bairro Santana, onde Rodrigo morava, e atiraram indiscriminadamente, em pessoas que estavam na rua.

Além do estudante, que não tinha nada a ver com as disputas e que, segundo seus familiares, iniciaria um estágio no Palácio da Polícia no dia seguinte, outras duas pessoas foram atingidas por tiros, de raspão. Inocentes também sofrem com limitações no direito de ir e vir e com o medo provocado pelos conflitos.

“Meu filho ficou três dias sem poder ir à escola”, conta uma moradora da Vila Funil, no bairro Tristeza, na zona sul.

Dentro do atual contexto de disputas armadas entre facções

houve uma mudança no tabuleiro da guerra do tráfico em relação ao período de confrontos anterior, entre 2016 e 2017.

Porto Alegre, Viamão, Alvorada e Sapucaia do Sul ficaram entre as 100 mais violentas do país, enquanto que Canoas, Gravataí, Cachoeirinha, São Leopoldo e Novo Hamburgo apareceram entre as 200, conforme o Atlas da Violência divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Daquela vez, a guerra, considerada o pior momento do estado no que diz respeito à criminalidade, tinha, de um lado, a facção *Bala na Cara* e, de outro, uma coalizão de quadrilhas, liderada pelos V7, que ficou conhecida como *Antibalas*. Os *Manos*, por sua vez, firmaram um pacto de não agressão com os *Antibalas* e não se envolveram na guerra. Decapitações e esquartejamentos viraram rotina nas disputas, naquele período.

Desta vez, quem ficou na es-



Foto: Jonathan Sival/Ascom/Susepe

Operação Fatura transferiu líderes de facções de três presídios para a Pas-

preita foi a *Bala na Cara*. Aparentemente, a facção, criada no bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre, que, em sua trajetória, já foi de assaltos a joalherias ao tráfico de drogas e braço armado dos *Manos* (como mercenários, matando por encomenda), não se envolveu diretamente na briga pela dívida. Mas tentou tirar proveito do enfraquecimento dos V7 diante da disputa com os *Manos*, para conquistar novos territórios, principalmente o vasto e altamente lucrativo complexo da Grande Cruzeiro.

“Os conflitos são inevitáveis.

Em São Paulo, houve uma redução significativa nos casos de homicídios por conta do monopólio obtido por um dos grupos chamados de facções, que passou a regular os assassinatos”, argumenta o professor Ghiringhelli.

No caso citado por ele, o *Primeiro Comando da Capital* (PCC) conquistou o comando de boa parte das prisões e das regiões dominadas pelo crime nas ruas. A partir disso, além de não ter a necessidade de disputar territórios, estabeleceu que homicídios só podem ser praticados mediante autorização da facção.

## Terror nas ruas e na cadeia



Foto: Sídney Brzuskal/Vara de Execuções Penais/Divulgação

Contagem e revista de detentos após rebelião no Presídio Central

Em meio à guerra nas ruas, um conflito entre facções deixou sete presos feridos, no Presídio Central, no dia 19 de abril. Os envolvidos eram de duas galerias, cada uma controlada por uma facção diferente. Embora a direção da casa prisional não confirme, a disputa foi uma consequência da guerra nas ruas. O episódio foi uma quebra de pacto firmado há décadas entre os grupos criminosos, a direção do presídio, com o aval de autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público.

“Desta vez, houve inclusive consequências no sistema prisional. Esses conflitos antes ficavam do lado de fora”, observa Ghiringhelli. Por conta dos pactos, apenados, especialmente líderes, sentiam-se mais seguros nos presídios do que nas ruas. Em mais de uma ocasião, presos procuraram a Vara de Execuções Criminais para solicitar a regressão do regime semiaberto, em que se consideravam ameaçados, para o fechado, no qual assassinatos e atos de rebeldia são reprimidos pelas próprias lideranças.

Com a manutenção da ordem em suas galerias (onde ficam confinados os presos no Presídio Central, com as portas das celas abertas, devido à superlotação), as facções recebem o salvo conduto de comandar e ditar a dinâmica desses espaços. Aproveitam-se disso para transformá-los em seus escritórios do crime e, a partir deles, comandar o crime nas ruas.



## Guerra comandada de dentro das cadeias

Investigações desenvolvidas principalmente pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e pelo setor de Inteligência da Polícia Civil gaúcha apontaram que líderes de facções, presos em três casas prisionais diferentes, estão por trás da guerra nas ruas. Por conta disso, no dia 13 de abril, foi deflagrada pela cúpula da Segurança Pública do Estado a *Operação Fatura*, que transferiu 10 apenados do Presídio Central, da Penitenciária Estadual de Porto Alegre e da Penitenciária Modulada Estadual Charqueadas (PMEC) para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc), onde, em tese, o acesso a telefones celulares é mais difícil.

“Foi feito um trabalho contínuo e integrado das forças de segurança pública. Isso, mediante três estratégias específicas, como a saturação das áreas conflagradas, investigação criminal qualificada e intervenção prisional”, argumenta a diretora do DHPP, delegada Vanessa Pitrez.

Pelo policiamento ostensivo, o comandante-geral da Brigada Militar, coronel Claudio Feoli, que assumiu o cargo um mês antes do início dos conflitos, também ressalta o trabalho policial. “Os policiais estão percorrendo os locais dia e noite e, também, no caso de alguma busca eventual a algum criminoso”, afirma Feoli.



Intervenção das forças de segurança na Cadeia Pública, em abril, durante transferências de lideranças

## Menos força, mais inteligência



Ghiringhelli, da Ufrgs: urgência nas reformulações do sistema prisional para frear a criminalidade

Para Ghiringhelli, os órgãos de segurança agem corretamente diante das circunstâncias. Não apenas no conflito atual, como em casos anteriores. Para o sociólogo, mudanças na forma de atuação das polícias têm sido responsáveis pela queda nos indicadores criminais, fator registrado especialmente a partir de 2018.

“A política de segurança pública tem sido bem conduzida. Houve um investimento para uma polícia que atua mais com a Inteligência. Qual o papel da segurança pública? Evitar que a população em geral seja afetada. Com a Inteligência, investigações sobre os grupos, mapeamento, verificação e responsabili-

zação de lideranças que estejam ordenando a eliminação de rivais, aumento de efetivo nas áreas conflagradas, as polícias dão uma resposta ao crime”, analisa.

Por outro lado, Ghiringhelli reconhece que as medidas, embora contemplem o que é exigido das polícias, a falta de políticas e projetos para médio e longo prazos tornam o problema cíclico.

“Há coisas que vão além da segurança pública, como a política de drogas e a necessidade de reformulações no sistema prisional. Há também a questão de emprego e renda, da juventude, da desconexão dos jovens destes mercados ilegais”, elenca.

**Ela sempre te ensinou a planejar o futuro. Mostre o que você aprendeu.**  
08 de maio. **Dia das Mães.**  
[www.familiaprevidencia.com.br](http://www.familiaprevidencia.com.br)

**FAMÍLIA PREVIDÊNCIA** Você precisa. Seu futuro merece.

INSTITUIDOR **SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

# Saúde física e mental dos professores no limite

*Pesquisas realizadas com os professores do ensino privado gaúcho revelam dados alarmantes de adoecimento físico e mental, agravado pela pandemia e seus desafios em manter o processo ensino-aprendizagem, com efeito cascata na retomada da presencialidade. A sobrecarga de trabalho, em muitos casos não remunerada, e o policiamento e as cobranças constantes têm sido fatores de estresse, adoecimento e perda de interesse pela docência*



Foto: Tania Rejou/ABR

por Gilson Camargo

Que a pandemia somou mais estresse à rotina dos professores do ensino privado, já não é novidade. O isolamento social e as novas exigências e desafios gerados pela súbita migração das salas de aula para o ambiente virtual precarizaram as condições de saúde desses profissionais, com dados alarmantes de adoecimento físico e psíquico. Cresceu a demanda dos alunos na web em um período de exceção da rotina escolar, as tarefas se multiplicaram, a carga horária encolheu, as pressões aumentaram.

Porém, como um efeito cascata, a sobrecarga, que levou a saúde dos educadores ao limite no auge da crise sanitária, só piorou quando da retomada das atividades presenciais a partir de agosto do ano passado.

Mais da metade dos professores do ensino superior questionados sobre como se sentem no retorno à presencialidade relataram uma piora nas suas condições de saúde no primeiro semestre deste ano.

A pesquisa *Realidade Docente 2022*, realizada pela consultoria FlamingoEDU para os sindicatos

de professores (Sinpro/RS, Sinpro/Noroeste e Sinpro/Caxias), entre os dias 18 e 25 de março, por meio de 18 questões objetivas e subjetivas, teve a participação de 857 docentes da educação superior do ensino privado e comunitário gaúcho. Ela revelou que, para 54% dos professores, as suas condições física e mental pioraram ainda mais no primeiro semestre de 2022, em comparação a 2021.

**SEM REMUNERAÇÃO** – A sobrecarga de trabalho vinculada à sala de aula e trabalhos sem remuneração são evidenciados nas respostas. Mais de 50% dos pesquisados consideram que houve acúmulo de atividades e de funções sem o respectivo acréscimo na sua carga horária semanal remunerada. Entre os que produziram conteúdo para disciplinas EaD, 52% não receberam qualquer remuneração pelo material.

A realidade na educação básica não é diferente. “As queixas e dúvidas que antes eram, em sua maioria, de ordem trabalhista, com a pandemia passaram a se igualar aos relatos de cansaço e estresse”, relata Erlon Schüller, diretor do Sinpro/RS e integrante do Núcleo de Apoio ao Professor Con-

tra a Violência (NAP). “É comum ouvirmos dos profissionais que estão a ponto de pedir demissão, que relutam diariamente a voltar para a escola, pois a pressão das tarefas em aula é cada vez maior. O policiamento constante ao trabalho soma-se à carga de afazeres que é contínua e segue em casa.”

De acordo com o dirigente, as instituições abordadas pelo NAP declaram que estão sempre de portas abertas para receber os professores com dificuldades. “Mas, na prática, vemos docentes amedrontados, com pouco reconhecimento de sua dedicação e muita cobrança com prazos, muitas vezes, exíguos”, ilustra.

**DISTÚRBIOS MENTAIS** – A pesquisadora e professora de Psicologia da Feevale, Carmem Giongo, que, em outubro de 2021, coordenou a pesquisa *As transformações provocadas pela pandemia do novo coronavírus no trabalho e na saúde mental dos docentes*, assegura que a sobrecarga de trabalho e a precarização dos contratos de trabalho têm gerado sérios sintomas de distúrbios na saúde mental dos educadores.

“Os professores declaram estar

dormindo menos, comendo mais, se sentindo mais preocupados, com dificuldades de planejar o futuro e de oferecer suporte às pessoas”, explica.

Esse cenário representa, segundo ela, um importante risco para o desenvolvimento do *burnout*, um tipo de doença mental caracterizada pelo estresse crônico. “Um dado bastante alarmante é que 40% dos professores participantes da nossa pesquisa declararam que passaram a repensar a escolha profissional em função da sobrecarga vivida”, aponta.

Carmem, que tem doutorado em Psicologia Social e Institucional pela Ufrgs, diz que o dado sobre o elevado índice de professores que passaram a repensar a escolha profissional representa muito bem esse processo.

“Aspectos relacionados ao assédio moral organizacional, à precarização dos contratos de trabalho, à sobrecarga laboral, aos impactos psicológicos gerados pela crise pandêmica e à crise vivenciada na educação como um todo no Brasil contribuem para o sentimento de desesperança e desamparo desses profissionais”, argumenta.

## Burnout, exaustão emocional na docência

A psicóloga e consultora em Gestão de Pessoas Melina Berthier Bandeira Pankush afirma que a pandemia gerou um estado de angústia coletiva, cujos principais sintomas podem ser apontados como apatia, irritabilidade, distúrbio de apetite, insônia, sensação de cansaço. Um estado emocional que atingiu em cheio os professores devido às peculiaridades da profissão, segundo ela.

A substituição da modalidade de aulas presenciais pela on-line ocasionou uma diminuição da carga horária com um aumento da carga de trabalho, que também gerou aumento da ansiedade e do estresse.

“Os professores tiveram que desenvolver novas habilidades em um curto espaço de tempo. O trabalho, muitas vezes, num ambiente improvisado que precisava ser

conciliado com as rotinas domésticas e com as necessidades da família e, na sua grande maioria, sem receber o suporte adequado por parte da instituição”, lamenta.

Graduada em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo (UPF), com pós-graduação em Gestão de Equipes de Alto Desempenho pelo Senai/SC e especialização em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Melina lembra que, com a pandemia, enquanto as atenções de algumas pessoas se voltaram para os impactos da economia, outras se focaram na saúde mental que foi tão impactada quanto a economia no mundo inteiro, em todos os setores.

Fatores como as cobranças administrativas, a falta de preparação para essas transformações,

a tecnologia, geraram graves problemas para a saúde física e mental desses educadores. “Diante da necessidade de se reinventar, os professores tiveram a sua saúde abalada por esses desafios que foram impostos dentro de um determinado cenário, mantendo, obviamente, o mesmo resultado”, constata Melina.

**NO LIMITE** – Em todas essas alterações e adaptações, esclarece a psicóloga, surgiu o que a Organização Mundial da Saúde, a partir deste ano, classificou como doença ocupacional, que foi a síndrome de *burnout*. “O termo *burnout* significa aquilo que deixou de funcionar por completa falta de energia e, simbolicamente, é aquilo ou aquele que chegou ao seu limite, com grande comprometimento físico ou mental.”

O processo se inicia com prolongados e excessivos níveis de estresse, uma tensão muito grande no trabalho. “Os principais fatores para desenvolver o *burnout* são o excesso de burocracias, a falta de autonomia, a falta de confiança, a impossibilidade de crescimento e de uma melhora na sua remuneração e o acúmulo de tarefas por uma mesma pessoa”, resultando em sintomas como desesperança, solidão, depressão, raiva, irritabilidade, tensão, dores de cabeça, tensão muscular, distúrbios do sono.

“É o afeto convertido em dor física, ou seja, quando a gente tem alguma questão vinculada aos nossos pensamentos, aos nossos sentimentos que são reprimidos, a gente tende a manifestar isso em uma dor física.”

ULBRA

## Comissão de credores acompanhará RJ da Aelbra

A Assembleia de Credores da Aelbra elegeu, no dia 6 de abril, a comissão de credores que irá acompanhar a eventual alienação de patrimônio, com vistas ao pagamento parcial do passivo de cerca de R\$ 9 bilhões da mantenedora da Ulbra no Rio Grande do Sul. A Aelbra foi vendida em março para a Rede Evolutiva de Educação, de São Paulo.

A Recuperação Judicial (RJ) da instituição foi suspensa em janeiro deste ano pelo Tribunal de Justiça (TJRS) até que a Aelbra regularize a dívida de cerca de R\$ 5 bilhões com a Fazenda Nacional. Apesar disso, a Assembleia de Credores foi reaberta e elegeu três representantes de cada classe de credores habilitada no processo e que irão acompanhar os desdobramentos da RJ.

A comissão é de caráter consultivo e de mediação, mas tem papel importante na continuidade do Pla-

no de Recuperação aprovado na Assembleia em dezembro de 2021, destaca o advogado Caio Vitória, eleito na Classe 1, de credores trabalhistas como representante do Sinpro/RS, Sintep Vales e Sintae/RS. “Esses sindicatos têm uma trajetória de anos de luta pela preservação dos empregos e, quando isso não foi possível, pela defesa dos interesses dos demitidos por eles representados”, ressaltou na Assembleia.

**VENDA** – A Aelbra mantém dez unidades de educação básica, 12 de ensino superior e polos de EaD em 19 estados nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste. No Rio Grande do Sul, a Rede Ulbra emprega 1.715 técnicos administrativos e professores e tem 20 mil alunos matriculados em mais de cem cursos de graduação presencial, híbrida e EaD.

Além dos campi da Ulbra em Canoas, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Cara-



Foto: Ulbra/Divulgação

Campus da Ulbra em Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre

zinho, Santa Maria, São Jerônimo e Torres, são mantidas cinco escolas de educação básica, duas em Canoas, Guaíba, Sapucaia do Sul e Cachoeira do Sul.

A informação sobre a venda da Aelbra foi anunciada no dia 10 de março. A negociação envolveu

os quatro acionistas da Aelbra: o presidente, advogado Rogério Malgarin; o vice, Adilson Ratund; o diretor de comunicação, Douglas Flor, e o diretor executivo da Aelbra e ex-reitor da Ulbra, Marcos Ziemer, e a representação do grupo econômico comprador.



## Uma das lições da pandemia é que a solidariedade não pode parar

Faça sua contribuição e ajude professores desempregados, comunidades indígenas, instituições carentes e pessoas em situação de rua.

**Colabore com qualquer valor por depósito na conta bancária ou via PIX**  
Banrisul: 041 | Agência: 0100 | Conta: 06.253.0242-2  
CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10 | CHAVE PIX – 51 99733-7506



### Negociações coletivas ainda sem consenso

As negociações coletivas do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com o Sindicato das Mantenedoras das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Sindiman/RS) e com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado (Sinepe/RS) para as Convenções Coletivas da educação básica e superior 2022 entram no terceiro mês sem proposta para acordo e marcadas por intenso debate.

De um lado, o sindicato dos professores reivindicando a reposição da inflação e melhorias nas condições de trabalho; de outro, os representantes patronais insis-

tindo na reposição parcial da inflação e na flexibilização dos direitos dos professores.

**COMUNITÁRIAS** – As negociações com o Sindiman/RS devem resultar em duas Convenções Coletivas de Trabalho, uma da educação superior e outra da educação básica.

“A tônica dos discursos dos representantes das instituições comunitárias tem sido a falta de alunos, responsabilizando, inclusive, os próprios professores por isso. Um absurdo”, expõe Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS que integra a comissão de negociação da edu-

cação superior. “Também, propuseram a revogação dos adicionais de aprimoramento acadêmico e por tempo de serviço, a redução das bolsas para os dependentes.”

Nas negociações com o Sindiman/RS para a Convenção Coletiva de Trabalho da educação básica, a situação não é diferente, afirma a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS que integra a comissão deste nível de ensino. “Não querem sequer repor a inflação.”

**SINEPE/RS** – As negociações com o Sinepe/RS também devem resultar na renovação das Conven-

ções Coletivas de Trabalho da educação básica e da educação superior. Na mesa de negociação da educação básica, o Sinepe/RS já acenou com a reposição do INPC aos salários (10,8%), segundo Farias, porém, de forma parcelada. “As escolas já anteciparam 5% no salário de março”, destaca. “A proposta apresentada pela patronal foi de integralização dos 10,8%, referente ao INPC do período, em setembro, o que não foi aceito pelos representantes dos professores.”

A proposta do Sinepe para a educação superior, até o momento, é de reposição de 60% do INPC.

#### SINPRO/RS

### Assembleia decidirá alteração estatutária e balanço patrimonial

O Sinpro/RS convocou Assembleia Geral dos professores para o dia 21 de maio, com vistas à avaliação e deliberação da proposta de alteração estatutária e do balanço patrimonial 2021 da entidade. O encontro será realizado às 14h, de forma híbrida, sendo parte presencial, em Porto Alegre (Av. Borges de Medeiros,

2.145, Sala Praia de Belas, do Hotel Intercity), e parte on-line, através de link enviado aos professores por e-mail.

A proposta de alteração estatutária inclui profissionais tutores que atuam na educação a distância (EAD) no quadro social do Sindicato. “O intuito é incluir aqueles que ministram conteúdos, atuam

no processo ensino-aprendizagem, que são efetivamente professores, mas seu contrato de trabalho é como tutor. Com a inclusão no estatuto do Sinpro/RS, passam a ser representados legalmente pelo Sindicato”, explica Cassio Bessa, diretor do Sinpro/RS.

**VOTAÇÃO** – Encerrada a apresentação, esclarecimentos e ava-

liação da proposta de alteração estatutária na Assembleia e do balanço patrimonial, o Sinpro/RS encaminhará o link específico para a votação. A cédula digital é única, nominal e intransferível, contabilizando apenas um voto por docente cadastrado. A votação se estenderá até às 18h do dia da Assembleia.

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

### Professores definem reivindicações para 2022

Os professores que atuam na educação infantil exclusiva aprovaram, em Assembleia Geral no dia 3 de maio, a pauta de reivindicações para o início das negociações coletivas entre o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e o Sindicato Patronal (Sindicreches) para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho deste segmento.

Entre os destaques da pauta, estão o reajuste salarial (INPC acumulado do período), indisponibilidade docente no Dia do Professor, dispensa anual de dois dias, datas para antecipação e integralização do 13º salário em 2022, limite de alunos por turma, entre outros pontos. A data-base para esse nível de ensino é 1º de maio.

#### SOLIDARIEDADE

### Sinpro/RS reforça campanha

A chegada do inverno e a queda das temperaturas deixam ainda mais evidentes as necessidades das populações em situação de vulnerabilidade. Buscando atender a estas demandas fundamentais, o projeto Professores Solidários tem incentivado as doações da categoria.

“Com a ajuda dos professores já entregamos mais de mil cestas básicas. As doações são a principal fonte deste projeto”, refor-

ça Patrícia Carvalho, diretora do Sinpro/RS. Ela lembra ainda que os pedidos de auxílio aumentam a cada ano, o que evidencia a necessidade das contribuições.

Para receber os valores, a Campanha dispõe de conta bancária para depósitos (Banrisul, Banco 041 - Agência: 0100, conta corrente: 06.253.0242-2 - CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10) e chave PIX (51.99733.7506).

**SINPRO/RS**  
Cartão do associado

**SINPRO VANTAGEM**  
Rede de descontos

0000100 Matrícula  
10.2024 Validade

**Só quem é sócio tem um cartão que você usa, precisa e economiza.**

Baixe o App do Sinpro/RS ou confira no site [sinpro.org.br/vantagem](http://sinpro.org.br/vantagem) a relação completa de descontos nas empresas parceiras.

**SINPRO/RS**  
Você USA, Você PRECISA  
SINDICALIZE-SE!

## R\$ 21 milhões em alienações patrimoniais da Rede Metodista

No início de maio, a direção do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) se reuniu com representantes da Rede Metodista sobre os desdobramentos da Recuperação Judicial (RJ). O principal assunto foi a liberação dos valores já depositados em juízo, fruto da venda de imóveis.

Na ocasião, os gestores da Rede Metodista informaram a existência de R\$ 2 milhões – no processo – oriundos de alienações patrimoniais, ocorridas antes da RJ, e R\$ 19 milhões, referentes a alienações ocorridas após a RJ.

De acordo com as informações repassadas pela Rede, os valores resultantes das alienações que ocorreram após a Recuperação Judicial estão, agora, sujeitos à decisão de liberação por parte da Desembargadora Isabel Dias Almeida, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS** – Conforme o diretor Marcos Fuhr, do Sinpro/RS, depois do encontro com os gestores da Rede Metodista, o Sindicato peticionou junto à Desembargadora-Relatora pela liberação dos valores para o cumprimento das obrigações trabalhistas pendentes: 13º, 1/3 de Férias, saldo do salário de fevereiro e os vencimentos de março, bem como para o pagamento das verbas rescisórias dos professores desligados no período pós-RJ.

“O andamento da RJ também foi objeto de questionamentos, especialmente o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), que já havia sido pauta em tratativas anteriores e que suscita expectativa dos professores quanto à sua redefinição, para o quê, foi solicitada reunião específica ainda na primeira quinzena de maio”, contextualiza Fuhr.

### IDIOMAS

## Professores aprovam pauta de reivindicações

Os professores que atuam nas escolas de idiomas aprovaram, no dia 28 de abril, a pauta de reivindicações para este segmento. A Assembleia ocorreu de forma on-line e foi seguida de votação em cédula virtual, que aprovou por 94,7% dos votos o documento.

Entre os destaques das reivindicações, estão a reposição da inflação de 11,73% aos salários (INPC do período) e demais cláusulas com reflexo econômico. Além disso, período de indisponibilidade do professor e manutenção das demais cláusulas sociais. A pauta já foi encaminhada ao Sindicato Patronal (Sindiommas).

### CEEd

## Dirigente do Sinpro/RS é reconduzido

O diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) Sani Cardon foi reconduzido, no dia 27 de abril, ao cargo que ocupa no Conselho Estadual de Educação (CEEd/RS) desde 2018. A posse ocorreu em cerimônia específica na sede do Conselho em Porto Alegre.

No encontro, os novos integrantes e demais conselheiros também foram conduzidos aos cargos. “O Conselho Estadual é um importante espaço de debates, posicionamentos, luta e troca de ideias, sempre em busca de uma melhor condição para a educação no estado”, destacou o professor Sani em seu discurso na cerimônia de posse.

Atualmente, o Sinpro/RS dispõe de duas vagas no Conselho Estadual com mandatos de quatro anos cada. Além de Sani Cardon, Sandra Balbé ocupa a segunda vaga.



## O estresse e a atividade física

### O estresse não é tão ruim assim

O estresse é uma resposta física do nosso organismo a um estímulo. Uma das tantas ferramentas usadas para a sobrevivência. Nestas situações, o corpo reage e muda para o modo “lutar ou fugir”, liberando hormônios e outras substâncias para preparar o corpo para a ação física.

### Mas nem tão bom assim

A manutenção deste estado por extensos períodos faz mal à saúde. O cortisol, um dos hormônios, eleva a glicemia e pressão arterial, diminuição da libido e muitos desconfortos físicos e emocionais como: perda do humor, baixa autoestima, inquietação, tensões musculares, enfim, um enorme impacto na qualidade de vida e no bem-estar. As causas são inúmeras: excesso de trabalho, luto, falta de tempo, problemas financeiros, entre outros.

### Pequenas atitudes, grandes mudanças

- Veja algumas dicas para levar uma vida mais leve e com mais qualidade:
- Pratique atividades físicas regulares, tais como caminhadas, corrida de rua, e outros de sua preferência. Bastam 20 minutos por dia ou em dias alternados para obter bons resultados.
- Faça breves pausas ativas com alongamentos e exercícios respiratórios.
- Crie um grupo para caminhar nos finais de semana (vizinhos, colegas de trabalho, familiares, seu pet).
- Alimente-se de forma equilibrada e balanceada. O peso corporal adequado é muito importante.
- Pratique um hobby que lhe dê prazer (cozinhar, escrever, pintar e bordar).
- Mantenha contato com a natureza. Caminhe descalço na grama, entre as árvores, e relaxe apenas.

Denise Pflücker, profissional de Educação Física, diretora técnica da Pace Consultoria Esportiva

### Venha com a gente!

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital com videoaulas de yoga, pilates, treinamento funcional, receitas *light* e muito mais. Tudo isso no seu smartphone ou desktop!

Acesse a Plataforma Somos Move e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes, <http://somos.pacevida.com.br/sinprors/>

E para quem reside em Porto Alegre: MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada. Inscreva-se <https://www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/>



# Resgatar a capacidade produtiva do país



Foto: Igor Sperotto

“O centro de gravidade do poder econômico mudou. Antes, podia ser São Bernardo, com as suas indústrias; hoje é a Faria Lima, com os seus conglomerados financeiros”

Nosso problema não é propriamente econômico, no sentido de falta de recursos, e sim de deformação política e social. É uma questão de governança, do processo decisório da sociedade. Um fato simples e básico é o que o Brasil produz de bens e serviços anualmente, o PIB, R\$ 8,7 trilhões em 2021, o equivalente a R\$ 13 mil por mês por família de quatro pessoas.

Poderíamos usar a Renda Nacional Líquida, em vez de Produto

Interno Bruto, e fazer outros ajustes, mas nada disso muda o essencial: o que o país hoje produz seria suficiente para assegurar a todos uma vida digna e confortável, bastando, para isso, uma redução moderada da desigualdade, usando o Estado com instrumento de reorganização.

Precisaríamos, também, produzir menos soja para exportação e mais alimento para a população, sem dúvida, mas o ajuste do perfil

de produção tende a acompanhar a ampliação de demanda interna, e o conjunto da economia seria dinamizado.

O centro de gravidade do poder econômico mudou. Antes, podia ser São Bernardo, com as suas indústrias; hoje é a Faria Lima, com os seus conglomerados financeiros. Não são produtores, são intermediários, cobradores de pedágio sobre atividades-fim, sobre os processos produtivos. E são conectados in-

ternacionalmente, por propriedade direta ou participação de acionistas de qualquer parte do mundo.

A desindustrialização do país e a reprimarização das atividades econômicas estão diretamente ligadas ao fato que os conglomerados financeiros não só dominam a economia, como também hoje controlam as decisões do Ministério da Economia e o Banco Central, além de outros ministérios.

E criaram um marco institu-

cional que assegura o dreno dos recursos do país segundo os seus interesses. Lembremos que, em 1995, obtiveram a isenção tributária de lucros e dividendos distribuídos, o que é um escândalo, dado o volume de recursos apropriados. Em 1996, obtiveram a

aprovação da Lei Kandir, pela qual produzir para exportação, eixo dos seus interesses nacionais e internacionais, passou a ser igualmente isento de impostos: um dos maiores produtores agrícolas do mundo tem 116 milhões de pessoas em situação de

insegurança alimentar, porque, como proclamavam, “exportar é o que importa”. Em 1997, forçaram a aprovação da lei que as autorizava a financiar campanhas políticas, o que lhes permitiu, durante 18 anos, até o fim de 2015, quando o STF constatou que a lei violava

a Constituição, preencher os órgãos públicos com políticos a seu serviço. Em 1999, introduziram a Proposta de Emenda Constitucional que eliminaria o artigo 192, o qual caracterizava a usura (agiotagem) como crime, conseguindo a sua aprovação no início de 2003.

## Apropriação dos recursos e fragilização da economia

A partir do Golpe, com o governo Temer e mais ainda com o governo Bolsonaro, expandiram ainda mais a apropriação de recursos, tanto do setor público, através do serviço da dívida e dos repasses frente à pandemia, como de outras medidas que fragilizaram a economia popular, com a lei do teto de gastos, fragilização da Previdência, liberação de venenos na agricultura, destruição da Amazônia e outras medidas.

2022 é o nono ano de paralisia econômica, desde 2014, quando começa a guerra contra o governo popular. O ano de 2013 foi o último ano de crescimento da economia, 3,0%. O crescimento médio do período de 2003 a 2013 foi de 3,8%. Os lucros da Faria Lima aumentam de forma radical, enquanto a economia estagna e o povo passa fome. O governo foi simplesmente cooptado pelo mundo corporativo financeiro.

É dentro deste marco que buscamos reconstruir a economia. O eixo central, evidentemente, consiste em recuperar a capacidade do Estado em regular a economia,

reduzir a sangria, e reorientar os recursos públicos para que sirvam ao desenvolvimento do país. Lembrando que, quando a presidenta Dilma Rousseff tentou, em 2013, reduzir a agiotagem dos grupos financeiros, foram suficientemente fortes para promover o Golpe.

O resgate da capacidade produtiva passa pelo aumento da renda na base da sociedade, tanto com transferências, com ampliação da renda básica, como com aumento do salário mínimo. Isso gera demanda, o que dinamiza a economia. Não irá gerar inflação, na medida em que as empresas estão trabalhando com 70% apenas da capacidade, e podem responder com produtos.

Mas também é preciso retomar o financiamento do SUS, da educação e de outras políticas sociais, os chamados bens e serviços de consumo coletivo, que representam grande parte do bem-estar econômico das famílias.

Um terceiro grupo de medidas se refere a políticas públicas de emprego, como está sendo discutido nos EUA e aplicado na Índia e em outros

países, permitindo, ao mesmo tempo, investimento nas infraestruturas e geração de emprego e renda.

Mais a prazo, uma medida necessária será a redução da jornada, na linha do “trabalhar menos para que trabalhem todos”. São medidas práticas, para cuja aplicação já se tem ampla experiência.

Um segundo eixo se refere ao resgate da produtividade dos recursos financeiros. O dinheiro que está nos bancos não é dos bancos, é da população. E os recursos públicos têm de voltar a financiar ao que é necessário para o desenvolvimento.

Isso envolve uma reforma tributária básica, nomeadamente, a liquidação da isenção de lucros e dividendos distribuídos – é absurdo que bilionários no Brasil não paguem imposto sobre os aumentos da sua renda –, bem como a revogação da Lei Kandir, para que seja mais interessante abastecer o mercado interno, o que também reduzirá a pressão inflacionária.

Mas é preciso, ainda, assegurar a ilegalidade da agiotagem, retomando o conteúdo básico do artigo 192 da Constituição: é vital que o

crédito volte a financiar o consumo das famílias e o investimento empresarial, hoje drenados pelas taxas absurdas de juros. Em terceiro nível, é necessário resgatar a política fiscal, assegurando que financie a renda básica, as políticas sociais e as políticas públicas de emprego vistas anteriormente.

Dois eixos transversais são importantes neste resgate da economia: o investimento generalizado em ciência e tecnologia, e a proteção do meio ambiente. Neste sentido, as reformas precisam acompanhar as transformações internacionais. Sobre dizer que não basta eleger um presidente que defenda os interesses do país, temos de assegurar bancadas que permitam as mudanças estruturais indispensáveis.

*Detalhes das propostas abordadas neste artigo podem ser encontrados nos livros O Pão Nosso de Cada Dia: opções econômicas para sair da crise e Resgatar a Função Social da Economia: uma questão de dignidade – disponíveis gratuitamente em <https://dowbor.org>*

## Para quem é da capital Para quem é do interior



Obras em casa?



Sossego para estudar?



Nova orla do Guaíba?



Show e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS  
[casadoprofessor.sinprors.org.br](https://casadoprofessor.sinprors.org.br)

SINPRO/RS  
Sindicato Cidadão

CASA do  
PROFESSOR  
Hotel



# Política e distância

*A luta pela democracia, acossada no Brasil e em várias nações, pelo avanço do fascismo – que não é obra de um psicopata, de uma conspiração, ou de uma coalização de boçais –, deve se dar por metas civilizacionais*

Há, pelo menos, três perguntas da política, cujas respostas são pressupostas pela ação: 1) O que deve mudar na realidade social? 2) Quais são as políticas públicas eficientes para tanto? 3) Quais são os limites aceitáveis de negociação para que as mudanças pretendidas se viabilizem?

A primeira e a terceira questões possuem uma natureza ético-política e formulá-las facilita compreender por que toda a perspectiva política que se aparta da ética – ou que é pensada em um ambiente próprio, como se a ação política fosse um gesto avulso – nos conduz à barbárie.

Para responder à primeira pergunta, é preciso mobilizar a ideia de justiça, porque não há forma de se inquirir sobre a mudança que não inicie pelo injusto. Para responder à terceira pergunta, é preciso lidar com o que Weber designou como “ética da convicção” e “ética da responsabilidade”, mas já dentro dos cenários definidos pelas respostas à primeira pergunta. As respostas à segunda questão dizem respeito aos meios necessários à intervenção pública, o que demanda o conhecimento e, por decorrência, determinadas qualidades técnicas ainda hoje ignoradas por grande parte dos gestores públicos.

As respostas à primeira pergunta separam conservadores e progressistas e as diversas posições à direita e à esquerda. As respostas à segunda pergunta condicionam as possibilidades da boa aplicação dos recursos públicos. Já as respostas à terceira pergunta permitem identificar competências morais.

Poderíamos identificar os “tipos ideais” (no sentido empregado por Weber) nos extremos das escalas em cada uma dessas questões, como: a) no tema das mudanças: o reacionário e o revolucionário; b) no tema das políticas públicas: o profissional e o amador, e c) no tema dos limites morais: o delinquente e o estadista.

Esses tipos ideais não são paralelos, ou seja: não há correspondência entre as três escalas. Nos extremos mencionados para as questões 1 e 3, por exemplo, reacionários e revolucionários podem ser delinquentes ou estadistas. Churchill foi um estadista e um reacionário; Mandela foi um revolucionário e um estadista; Stálin foi um revolucionário e um delinquente; o rei Leopoldo II foi um reacionário e um delinquente.

Como lidamos com um gradiente de condutas, é preciso ter presente que, em diferentes situações, as configurações da escala se movimentam, mas, raramente, para além das características de cada tipo ideal.

Assim, por exemplo, um político conciliador, hábil em encontrar soluções pragmáticas, mas desprovido de critérios morais, nunca conduzirá mudanças que rompam com elementos da dominação, exatamente porque opera com a estrutura, viabilizando os interesses do polo dominante.

Da mesma forma, um político movido por rígidos princípios morais, mas incapaz de fazer as concessões que podem alterar a correlação de

forças, fragilizando a dominação, tampouco conseguirá construir circunstâncias mais favoráveis às mudanças. O primeiro fortalece a dominação porque a legitima, tornando-se, ele próprio, um dos seus agentes; o segundo, ainda que se mantenha apartado da dominação – com o que procura salvar sua alma –, a mantém, porque é incapaz de feri-la.

No caso brasileiro, penso que as respostas possíveis à primeira pergunta devem envolver, basicamente, cinco desafios:

1. Reverter os processos de degradação ambiental.
2. Reduzir substancialmente a desigualdade social.
3. Reduzir a violência e a criminalidade.
4. Enfrentar o racismo estrutural e
5. Construir mecanismos eficientes anticorrupção.

Há, por óbvio, muitos outros temas decisivos que se desdobram a partir desses desafios, mas penso que a própria luta pela democracia, acossada no Brasil e em várias nações pelo avanço do fascismo, deve se dar com essa primeira matriz reguladora de metas civilizacionais.

Os cinco desafios propostos não são, é claro, consensuais, e é possível se pensar em outras composições igualmente legítimas. O que é especialmente preocupante, entretanto, é a distância que o mundo político brasileiro guarda deles, o que caracteriza, igualmente, parte significativa daquilo que fazem (ou deixam de fazer) as institui-

ções públicas e as corporações privadas.

Um processo eleitoral é, por definição, uma oportunidade para projetar o futuro, o que, no caso brasileiro, parece se colocar da forma mais radical possível, porque, a depender dos resultados e das possibilidades trágicas já presentes em qualquer resultado, é o futuro que poderá se ausentar. O ponto é que o fascismo não é obra de um psicopata, de uma conspiração, ou de uma coalização de boçais. Ele exige uma dedicação histórica em favor da distância frente ao ideal civilizatório. Teremos tempo de reduzi-la?



Foto: George Grosz, the pillars of society



# Arte<sup>+</sup>

## 17 anos de cultura e cidadania

A Fundação Cultural e Assistencial Ecarta, instituída pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) em 2005, completou, no dia 29 de abril, 17 anos de atividades ininterruptas em sua proposta de conjugar arte, cultura, educação e cidadania, promovendo o acesso e a formação de público.

Na sede física, localizada na Avenida João Pessoa, 943, em Porto Alegre, ou no ambiente virtual, a programação e os projetos culturais foram mantidos durante a pandemia, com acesso gratuito.

Os shows quinzenais do Ecarta Musical retomaram plenamente as apresentações presenciais a partir de outubro do ano passado, mantendo a transmissão ao vivo pelo canal da Fundação no Youtube, ampliando expressivamente seu público.

Neste ano, o seu projeto-âncora, a Galeria Ecarta, selecionou oito exposições que primam pela diversidade de artistas e mesclam trajetórias já consolidadas com a de jovens talentos e dialogam com a etnografia indígena, videodança e fotografia – com pluralidade de técnicas e linguagens.

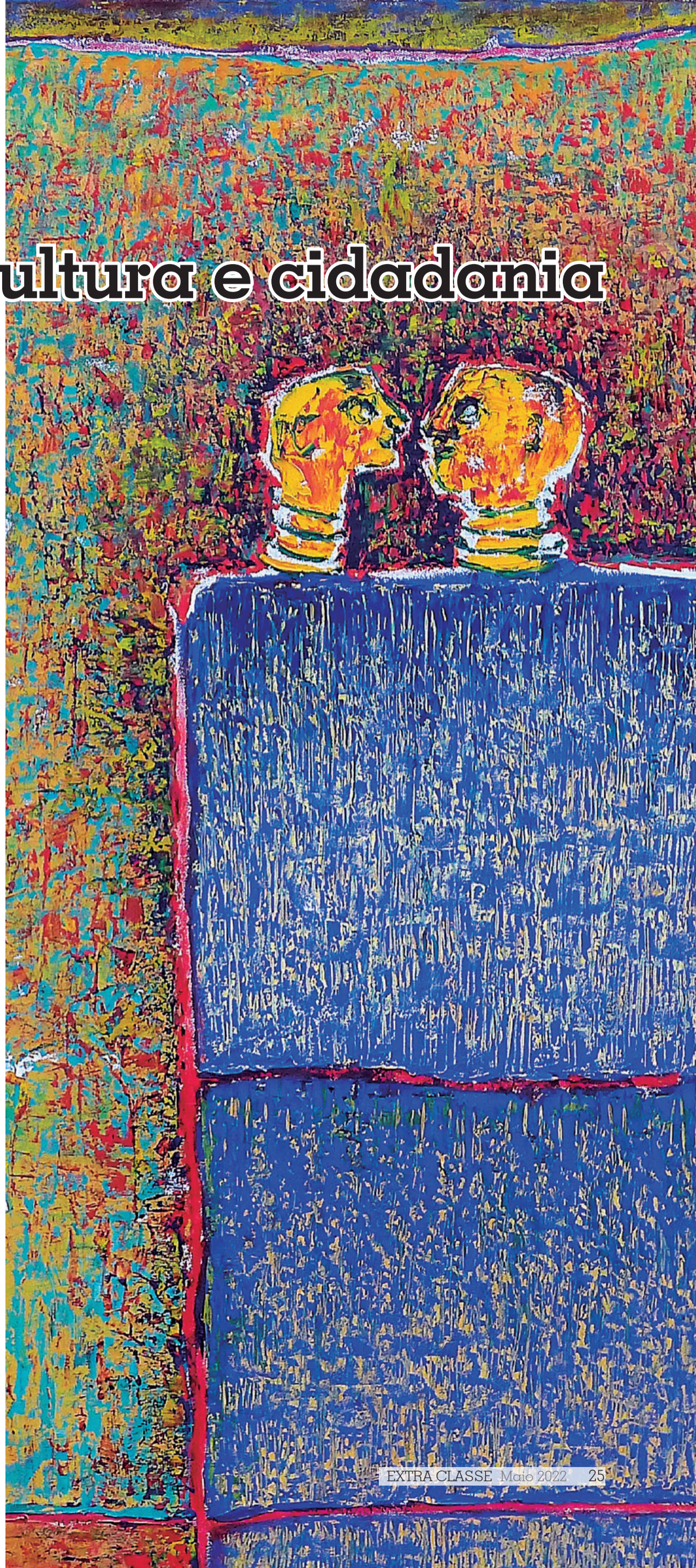
A programação do ano de aniversário se iniciou com a mostra *Zoravia Bettiol: A Artista e Sua Cidade – uma Dupla Homenagem*, integrando o projeto Seleção Ecarta em sintonia com os 250 anos da capital, seguida da mostra de Maria Tomaselli (foto). Xadalu Tupã Jekupé, Sandro Ka e Sirio Braz também estão entre as atrações de 2022. Além disso, a Fundação retomou a itinerância das exposições ao interior.

Os projetos Cultura Doadora e Conversa de Professor expressam o eixo educacional da Fundação Ecarta, com intensa programação. O Cultura Doadora segue engajado no movimento pela sensibilização e conscientização para a doação de órgãos e tecidos e por melhorias no sistema de transplantes do país. O Conversa de Professor, por sua vez, continua levando aos professores da educação infantil assuntos de sala de aula por especialistas, promovendo o aprofundamento teórico e a ampliação de conhecimento.

Integrada ao conjunto do patrimônio sociocultural do seu entorno, em que se destacam o Parque Farroupilha, o Brique da Redenção e o Bairro Cidade Baixa, a Ecarta também abre espaço para receber outras iniciativas, como a Bienal do Mercosul e a Noite dos Museus, lançamentos de livros e seminários, que, ao longo de seus 17 anos, se somou efetivamente na programação cultural do estado.

A programação pode ser conferida em [www.ecarta.org.br](http://www.ecarta.org.br).

Detalhe de obra de Maria Tomaselli, que terá mostra inaugurada no dia 21 de maio na Galeria Ecarta





FRAGA

## Vide bula

*Talvez todas as bulas descendam de uma única bula, primeva, cheia de tentáculos vocabulares. E esses, extraídos da matriz, ganham vida própria, com sentido alterado, em remédio novo*

Quem escreve as bulas? Ninguém sabe. Ninguém nunca viu ou conheceu alguém que escreva bulas. Nem há quem preencha seu currículo com "escritor de bula" no quesito atividade profissional.

As pessoas casam e moram juntas com cozeiro ou com médico legista, mas não vivem com algum autor de bulas. É uma categoria profissional ultrassecreta. Nem agente secreto é tão secreto quanto um criador de bulas.

Sendo assim, completos desconhecidos atuam nas sombras. Fora do seu ambiente de trabalho, são insuspeitos da sua assustadora capacidade de produzir textos ininteligíveis. Talvez até façam poemas ingênuos. Suas listinhas de supermercado jamais deixam antever seu imenso poder de confundir o leitor de bula.

E onde trabalham esses caras? São seres solitários ou formam equipes? Ou os laboratórios os contratam para tarefas remotas, enviadas de porções ou só-tãos inacessíveis ao resto da família?

Bah, perguntas bobas, inúteis, irrespondíveis.

O criador de bulas é um ser misterioso. Foi selecionado porque seus textos carecem de simplicidade narrativa, ricos em desinformação. E quanto mais incompreensíveis são seus parágrafos, mais encomendas recebem para bulas de diferentes medicamentos.

Não duvido que alguns sejam grandes alquimistas descritivos: hábeis em

transformar uma bula em outra, trocando apenas a ordem das palavras! Talvez todas as bulas descendam de uma única bula, primeva, cheia de tentáculos vocabulares. E esses, extraídos da matriz, ganham vida própria, com sentido alterado, em remédio novo.

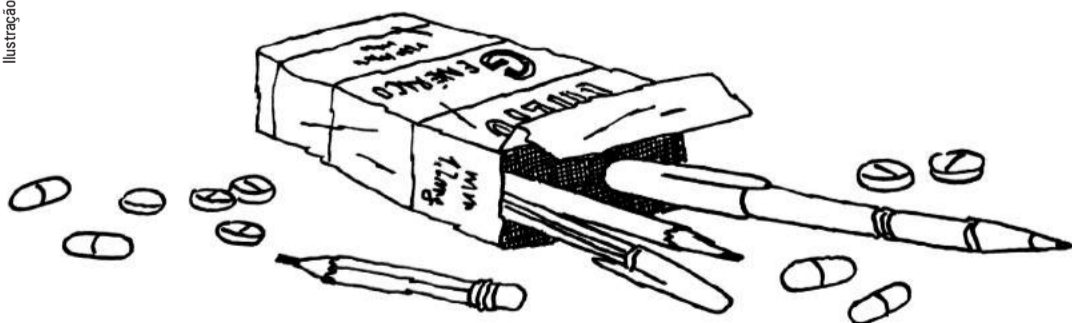
Para esses gênios do indecifrável, a glória pode variar entre o pavor dos pacientes e a admiração de médicos e balconistas de farmácia. E seu deleite supremo deve ir desde o menor corpo da fonte da bula impressa ao maior número de dobras da folha de papel de cada bula.

Tenho quase certeza que na maioria das bulas os efeitos colaterais são escritos pelo Stephen King. Ele recicla trechos de textos aterrorizantes não aproveitados em seus livros, para atender a grandes laboratórios farmacêuticos. Só Stephen King para combinar calafrios anais com perda da sensibilidade mandibular.

Não me alarmo apenas com o hermetismo das bulas. Me assombro igual com a profusão dos nomes de remédios: quem bola aqueles ciclins, timibas, dozanas, tixonas? À que conclusão chegarão os arqueólogos do futuro ao encontrarem nossas montanhas de lixo farmacêutico? Vão supor uma estranha língua morta? Ou irão erguer altares com as embalagens?

Agora preciso interromper a crônica. Tenho que abrir a caixinha de um recém-lançado beta bloqueador. Expectativa. Vai que a bula me engula.

Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO  
ECARTA

A agenda completa  
em [ecarta.org.br](http://ecarta.org.br)  
e 51. 4009.2971

## SHOWS HÍBRIDOS

Porto Alegre | Entrada franca

**Local: presencial** – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). É obrigatório a apresentação do passaporte vacinal; **virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

7/5, às 18h – Jalile apresenta *Gavetas*

Foto: Bumbá Produtora de Conteúdo/Divulgação



21/5, às 21h – Leandro Maia apresenta *Paisagens Guaiepecas: A vira-atinice contra a vira-latice*

## ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

8/5, das 17h às 18h – O jornalista cultural Roger Lerina conversa com Zoravia Bettiol, inaugurando uma série de entrevistas com artistas que participam da programação anual da Galeria Ecarta.

21/5, 19h às 24h – Abertura da exposição de Maria Tomaselli, com curadoria de Nicolas Beidacki.

**Visitação:** até 26/6, de terça a domingo, das 10h às 18h.



Foto: Maria Tomaselli

Caxias do Sul | Entrada franca

Até 21/05, das 10h às 18h – Visitação à exposição Casa Brasileira, de Sirio Braz. Participação especial de Zoravia Bettiol, com ilustrações da *Divina Rima*, e André Venzon com tapeçarias da série *Para ver que não vemos nada*, com curadoria de Ismael Goli.

**Visitação:** de terça a sábado, das 10h às 18h, no Espaço da Saccaro (Av. Therezinha Pauletti Sanvitto, 344).

## CULTURA DOADORA

3/5, 19h – Painel *Imunossupressores nos transplantes*, com a farmacêutica clínica do HCPA Juliana da Silva Winter, e representante da Associação Brasileira de Transplantados (ABTX).

**Local:** Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

## CONVERSA DE PROFESSOR

26/5, 19h – Painel *Autismo e inclusão escolar*, ministrado pela professora Anié Coutinho de Oliveira, doutora em Educação.

**Local:** Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.



# Palavras

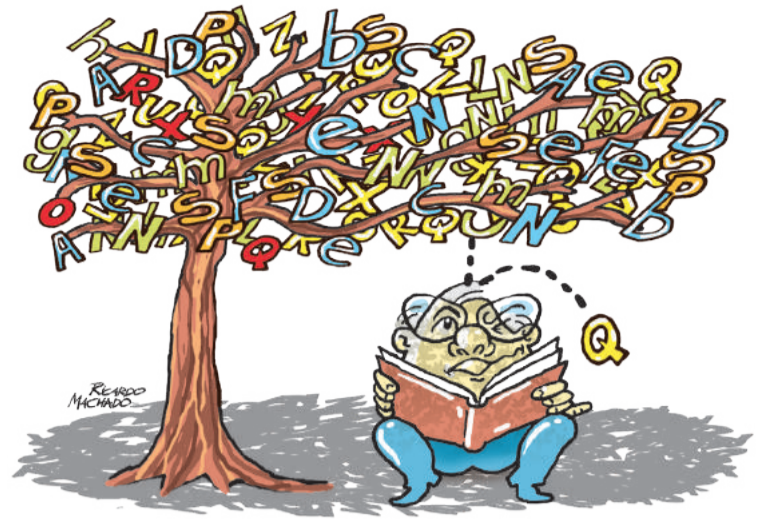
*O enfadonho não enfada, apenas. Sua enfadonhice tem algo de denso e irrecuperável*

Nunca encontrei uma explicação satisfatória para a origem da palavra "sacanagem". Como ela tem um som algo francês, e como os franceses têm uma palavra para tudo, especula-se que seja um galicismo adaptado. Viria de "sac a nager", bolsas de ar que ajudavam os franceses arcaicos a boiar e que acabou adquirindo o significado de sacanagem como a conhecemos hoje. Talvez devido à prática de furar os sacos para afundar os franceses, que ficavam se debatendo na água e gritando "Mon sac a nager! Mon sac a nager!", enquanto os ingleses, na margem, disfarçavam o riso.

Uma palavra ótima é "enfadonho" para descrever alguém. Tem o mesmo sentido de aborrecido, cansativo, chato, mas não é a mesma coisa. Não corresponde nem ao seu sentido literal, aquilo ou aquele que dá enfado. Pense nas pessoas enfadonhas que você conhece. Nenhum outro adjetivo salvo "enfadonhas" as descreveria, certo? O enfadonho não enfada, apenas. Sua enfadonhice tem algo de denso e irrecuperável. Deveria existir o verbo "enfadonhar", como em "Não me enfadonha!". Porque, além de tudo, a enfadonhice é contagiosa.

\*\*\*

Louco por futebol, eu acompanhava pelo rádio e pelos jornais (não existia TV na época, acredite) o futebol de Buenos Aires, a grande cidade mais próxima de Porto Alegre. Um dia, a turma da zona decidiu que nosso fute-



bol de terreno baldio e calçada merecia um nome. A sugestão vencedora foi a minha: Racing. Não era o meu time em Buenos Aires – por alguma razão, torcia pelo River Plate –, mas o nome soava bem. Lembrava "raça", nada mais argentino. Só muito depois me dei conta que "racing" era inglês, um dos tantos vestígios que os ingleses deixaram na língua e na alma dos argentinos. Mas, na época, nossa intenção era sermos argentinos.

\*\*\*

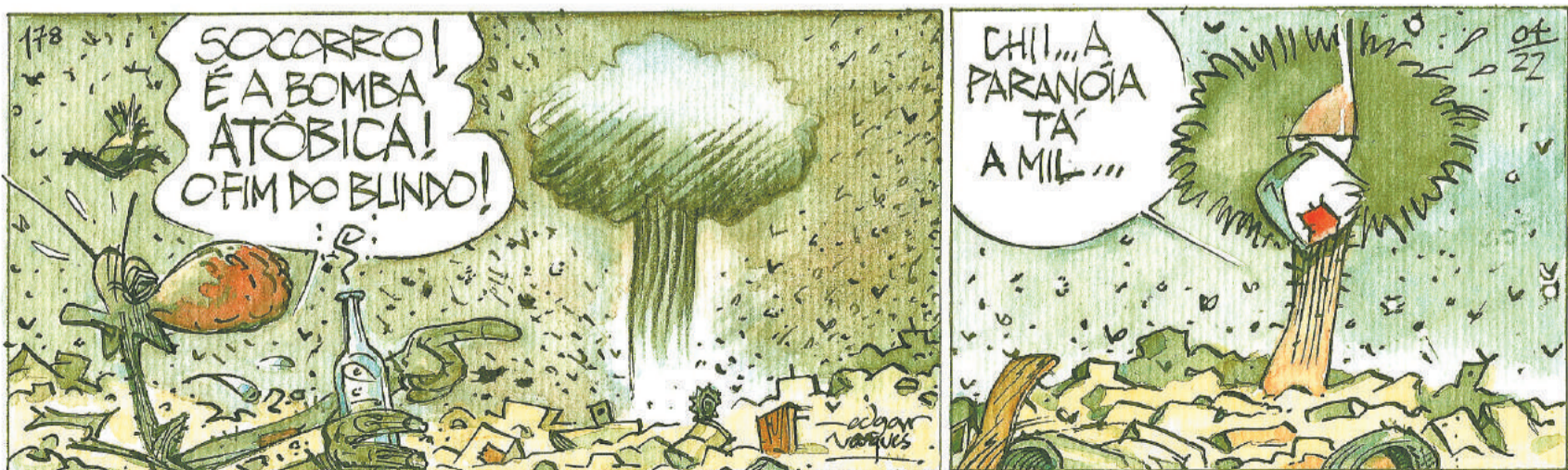
Do valoroso "Racing" só ficaram estas lembranças – e um esboço de escudo, que eu mesmo fiz e encontrei, anos mais tarde, entre outros papéis guardados. Levei algum tempo para decifrar as letras no escudo: RFR. Por que RFR? E então me lembrei. Alguém tinha sugerido "Racing de Futebol e Regatas". Ninguém se lembrou de perguntar onde e como praticaríamos regatas no nosso bairro, que não tinha nem um açude. Era influência do Rio, onde os times de futebol também eram de regatas. O nome completo foi aceito por aclamação. Porque pouco importava se não tínhamos como cumprir o que dizia o escudo. Ser "de regatas" nos dava uma dimensão especial. Além de argentinos imaginários, éramos também cariocas no nome. Não era preciso ter barco e remos ou sequer chegar perto do Guaíba para ser "de regata". "Regata", no caso, nem era uma palavra. Era um símbolo hierárquico.

Sinal de que não éramos pouca coisa.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



# Negociações Coletivas

## Representação estadual

O Sinpro/RS representa os professores e as professoras do ensino privado gaúcho, da educação infantil, da educação básica e da educação superior.



## Participação democrática

Realiza assembleias para cada nível de ensino, em todo o estado, ouvindo a categoria e definindo as pautas de reivindicações. Posteriormente, submete as propostas de acordo novamente às assembleias.



## Múltiplas Negociações

Negocia com o Sindiman (Instituições Comunitárias) Sinepe/RS (Ed. Básica e Superior Privadas), Sindicreches (Ed. Infantil), Sindepars (Sesi e Senai), Sindiomas (Escolas de Idiomas) e com o Governo do Estado (Fundação Liberato e Uergs).



## Estrutura Necessária

Na defesa dos interesses dos professores, demanda suas assessorias de comunicação, de marketing, jurídica, além de uma equipe de funcionários e diretores dedicados a cada negociação.



Convenções Coletivas de Trabalho

Quanto mais você precisa,  
**MAIS O SINPRO/RS APARECE**

**ASSOCIE-SE!**